



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### ACTA N.º 15/X-1º/2009-10

1 - Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de dois mil e dez, pelas 21H15, no Auditório da Sede do Edifício do Poder Local da Freguesia do Feijó, sito na Rua da Alebrança, no Feijó, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Setembro da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos.

2 - Período de Antes da Ordem do Dia.

3 - Período da Ordem do Dia.

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Regulamento de Organização dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento".

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Almada".

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Lançamento de uma Derrama sobre a Colecta do IRC para o ano de 2011".

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no ano de 2011".

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alienação de Prédio e Parcelas de Terreno a favor da AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.".

2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3 - Registou-se a falta do Sr. Deputado Municipal João Francisco Ludovico da Costa.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; Vitor Manuel Domingues Barata; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Helder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; António Frederico de Meneses Ferrinho; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Domingos José Soares de Almeida Lima; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; António José Pinho Gaspar Neves; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; António Abrantes de Almeida; Francisca Luís Baptista Parreira.

4 - O Presidente anunciou a tomada de posse em regime de efectividade de funções do Candidato Henrique Mesquita Pires apresentado a sufrágio pela lista do BE e que ocupa a vaga ocorrida por



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Renúncia do Mandato da eleita Senhora Maria Ermelinda Costa Almeida Toscano, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO I**).

4.1 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento:

4.1.1 - O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Sr. Deputado Municipal José Augusto Tavares Oliveira, com Ausência nos dias 28 e 29 de Setembro de 2010, (Ent. nº 1587/X-1º), (**Conforme ANEXO II**).
- O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 28 de Setembro de 2010, (Ent. nº 1602/X-1º), (**Conforme ANEXO III**).
- O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Machado Courinha Leitão, com Ausência no dia 28 de Setembro de 2010, (Ent. nº 1601/X-1º), (**Conforme ANEXO IV**).
- O Sr. Deputado Municipal Vitor Manuel dos Santos Castanheira, com Ausência no dia 28 de Setembro de 2010, (Ent. nº 1603/X-1º), (**Conforme ANEXO V**).
- O Sr. Deputado Municipal Manuel Domingos Rodrigues Batista, com Ausência no dia 28 de Setembro de 2010, (Ent. nº 1604/X-1º), (**Conforme ANEXO VI**).
- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com Ausência no dia 28 de Setembro de 2010, (Ent. nº 1602/X-1º), (**Conforme ANEXO VII**).

4.2.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Exm.º Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de Setembro, do eleito Sr. José Augusto Tavares Oliveira e por impedimento dos cidadãos Sr.ª Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira; Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim; Sr. José João Santos da Mata; Sr.ª Cátia Sofia Canelas Gaudêncio; Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães; Sr. Henrique Rosa Carreiras; Sr.ª Maria Amélia Nascimento Quaresma; Sr. Luís António de Matos Vicente; Sr.ª Margarida Santos Serafim, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI e XVII**).
- O Candidato Exm.º Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo, apresentado a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de Setembro, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos e por impedimento do cidadão Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XVIII e XIX**).
- O Candidato Exm.º Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, apresentado a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de Setembro, do eleito Sr. José Joaquim Machado Courinha Leitão e por impedimento da cidadã Sr.ª Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XX e XXI**).
- O Candidato Exm.º Sr. Aníbal António Teixeira, apresentado a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de Setembro, do eleito Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XXII**).



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- O Candidato Exm.º Sr. Licínia Maria Barata Rafael, apresentada a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de Setembro, do eleito Sr. Manuel Domingos Rodrigues Batista, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XXIII**).
  - O Candidato Exm.º Sr. Antonieta Pereira Vaz, apresentada a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de Setembro, da eleita Sr.ª Ana Marques Serra e Moura Salvado, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XXIV**).
  - A Candidata Exm.ª Sr.ª Filomena Maria da Silva, apresentada a sufrágio pela lista do BE e que ocupa a vaga ocorrida por continuação da Suspensão do Mandato, do eleito Sr. Manuel Maria Braga de Marques Gomes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XXV**).
- 4.3 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas de Freguesia de Almada, da Caparica e do Laranjeiro, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento dos Presidentes dos Órgãos Autárquicos são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Sr. João Renato Caetano Montalvo, Sr. João Alberto Santos Cabete e Sr.ª Vânia Sofia de Frias Gonçalves Cruz, respectivamente, (**Conforme ANEXOS XXVI, XXVII e XXVIII**).
- 4.4 - O Presidente informou do expediente entrado do nº 1212/X-1º (28/Junho/2010) ao nº 1558/X-1º (24/Setembro/2010); enviado do nº 492/X-1º (30/Junho/2010) ao nº 632/X-1º (22/Setembro/2010); dos e-mail enviados (21/Junho/2010 a 17/Setembro/2010) e e-mail recebidos (20/Junho/2010 a 17/Setembro/2010), informou das decisões através da Súmula N.º 07/X-1º/09-10 (Reunião de Representantes dos Grupos Municipais).
- 4.5 - O Presidente apresentou à consideração da Assembleia as Minutas e Actas das Reuniões de 29 e 30 de Junho de 2010 (Primeira e Segunda Reuniões da Sessão Ordinária de Junho (N.ºs 13 e 14/X-1º/2009-10), que foram ratificadas e aprovadas por unanimidade, respectivamente.
- 4.6 - O Presidente anunciou a distribuição aos Srs. Deputados Municipais da Informação nº 297/GAJ/DMAG, de 28/9/2010 entregue pela Sr.ª Presidente da Câmara no âmbito do debate de Moção apresentada pelo CDS-PP na Reunião de 29/06/2010 sobre as Terras da Costa e o projecto da Estrada Regional 377-2.
- 5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.
- 5.1 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Ilídio Galinho - Representante do Sindicato das Pescas do Sul/Grupo Amigos da Costa, morador na Rua Serafim Martins - 2825-409 Costa da Caparica.
- 5.1.1 - Exm.º Senhor Município Ilídio Galinho:
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;
- Em nome do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul, agradecemos a oportunidade que deram a este organismo que representa a maioria dos Pescadores do Sul do País a expor perante esta Assembleia alguns problemas que afectam a nossa classe.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Sr. Presidente da Assembleia, temos uma questão a pôr que é a seguinte: o parque de estacionamento da Lota da Costa da Caparica, devia de ser tal e qual como o Sindicato vem reivindicando há muito tempo, que devia de ser só para quem utiliza em termos de trabalho aquele parque. Portanto, aquilo que nós necessitamos e eu vou ser muito breve para conseguir dizer tudo, precisamos de meter à entrada daquele parque uma tabuleta de sentido proibido, dizendo que aquilo é exclusivamente para os Pescadores e para quem trabalha no sector.

No segundo ponto queria dizer também o seguinte; agradecia à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal de Almada, que se pudesse nesta Assembleia, esclarecer o Sindicato no sentido de o Sindicato poder esclarecer os Pescadores que representa na Fonte da Telha o que é que está neste momento equacionado para fazer naquela terra em termos de habitação para a classe que o Sindicato representa.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, há vários anos que os Pescadores do Concelho de Almada vêm pedindo um porto de abrigo para abrigarem as embarcações, pois a Docapesca fechou e agora temos 150 dias para tirar as nossas redes, covos e púcaras das muralhas da referida doca e não temos sítio onde as meter.

Ontem dia 27 pelas 15 horas o Sindicato com o apoio da Comissão de Moradores da Cova do Vapor apresentou uma proposta de Porto de Abrigo na Cova do Vapor, na Administração do Porto de Lisboa. O Sindicato notou nesta reunião que houve por parte da Administração uma abertura e uma sensibilidade muito grande em relação à nossa proposta. Pois a proposta do Sindicato em termos alternativos à Docapesca é aquela que tem menos custos e a que melhor serve os Pescadores do Distrito de Setúbal e de outros portos do País.

Em nome do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul peço à camarada e Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal de Almada que interceda junto da tutela no sentido de ser apoiada a proposta do Sindicato. Pedíamos também que informasse o Sindicato sobre tudo o que diga respeito à nossa proposta de Porto de Abrigo.

Queria informar também do seguinte; nós temos na Delegação Marítima de Vila Franca, temos setenta e duas embarcações de boca aberta. Temos navegação marítima do Barreiro cinquenta e sete embarcações e navegação marítima da Trafaria setenta e duas. Portanto cada embarcação destas emprega três homens. Agradecia por tudo e tenho esperança que alguma coisa vai ser feita em prol da classe que o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul representa."

5.2 - Usou da palavra a Exm.<sup>a</sup> Senhora Múncipe Maria Isabel da Rocha de Sousa, moradora na Av.<sup>a</sup> Dr. Aresta Branco, nº 17 3º A - 2825-297 Costa da Caparica.

5.2.1 - Exm.<sup>a</sup> Senhora Múncipe Maria Isabel da Rocha de Sousa:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O facto de eu vir a esta Assembleia será para levantar a seguinte questão, que já sei que vai ser falada nesta Assembleia, estão aí os interessados.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Queria perguntar na pessoa do Sr. Vereador Rui Jorge o que é que se passa com o chamado Canil de Vale Cavala. Estive presente no sábado quando estavam lá os manifestantes e além disso tenho lido nos jornais e estranho muito que a Câmara de Almada apareça com tantos interesses, por isso quero perguntar qual é o interesse de negócios de construção de urbanização que há com aquilo. Para já aquilo é um espaço privado, a Câmara não tem que entrar lá e tirar nem fazer, só quem pode fazê-lo é o dono do terreno ou o Tribunal, não tem que fazer ameaças e queria saber quais são os interesses porque nunca vi a Câmara de Almada, quando foram deitadas as barracas dos ciganos na Costa da Caparica, mandaram deitar as barracas abaixo e os animais ficaram lá soterrados e outros fugiram, foram pessoas de boa vontade que andaram lá a socorrer, a Câmara não apareceu. Com a história do Canil da Aroeira a Câmara nunca apareceu com os cavalos abandonados por trás do Centro de Saúde do Pragal, a Câmara não apareceu, foram grupos de pessoas todas individualmente que trataram disto e quero dizer mais uma coisa, gostaria que me dissesse quais são os interesses que há nisso. Gosto muito de ver a Sr.<sup>a</sup> Presidente sorrir, acho que é engraçado, que me dissesse quais são os problemas e queria avisar de uma coisa. Nós vamos apresentar uma queixa ao Sr. Provedor de Justiça, o Sr. José já tem um advogado e cuidado qualquer coisa que tenham que fazer é por escrito para ele entregar ao advogado dele. E cada vez me convenço mais que a Câmara está por detrás disto, porque houve a televisão, houve os jornais, o Correio da Manhã e este que está aqui, só houve um Deputado desta Assembleia que se importou. E outra coisa, o Sr. José é um nome que a Câmara de Almada devia saudar, porque ele tem podengos, cães criados por ele, pelo País inteiro no estrangeiro, o Podengo nacional é vendido. E ele é um homem de referência porque ele foi um grande desportista que levou o Concelho de Almada a muito lado. Simplesmente os Srs. agora que pertencem à nova democracia, que pertencem à polícia esquecem-se disso. Dão medalhas aos Sousas, à Telma, a este e àquele, pessoas do antigamente já não interessam. É só isso. É avisar, conforme há pessoas contra aquilo, também há pessoas a favor e as coisas têm que ser feitas com justiça."

5.3 - Usou da palavra o Exm.<sup>o</sup> Senhor Município José Carmo Cabral Rodrigues, morador na Rua Malaquias de Lemos Lt-1, Quinta de São Gabriel - 2815-903 Sobreda.

5.3.1 - Exm.<sup>o</sup> Senhor Município José Carmo Cabral Rodrigues:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O problema que eu vou trazer aqui é um problema já muito antigo. Aquando da construção da L3, a Câmara de Almada fechou-nos o caminho para a Quinta de São Gabriel. Depois de haver um bocado de agitação da população abriu-nos uma saída precária da L3 para a Quinta do Pocinho que nos ia servir. Agora com a construção do novo IC32, acabaram por nos cortar o resto do caminho.

Meus Srs., nós temos ali três Quintas nas quais vivem lá pessoas, são contribuintes, portanto acho que tínhamos pelo menos o direito de nos ser comunicado quais são as alternativas que nos davam para as nossas saídas e entradas para as nossas casas. Pois uns dias antes houve uma alteração na conduta da água, colocaram papéis em todos os postos de iluminação a avisarem-nos. Chegaram lá no início de Junho, cortaram-nos o caminho e nada nos disseram. Meus Srs., depois da nossa aflição socorremo-



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

nos do Sr. Presidente da Junta com comunicações e com a Estradas de Portugal. A Estradas de Portugal já nos proporcionaram com os responsáveis da obra uma reunião em que nos disseram que iriam estudar o problema para uma possível alternativa das quais não temos qualquer garantia e vamos ver o que é que nos vão apresentar. Em nossa opinião, achamos que debaixo da agora ainda L3 e no futuro IC32, vai ser construído um túnel pedonal, ora esse túnel que já funcionava desta forma na L3, portanto com o aumento do túnel vai ser um local de crime. Um local de assaltos. As pessoas ao serem obrigadas a passar ali, sem isto ter comunicação rodoviária são as condições ideais para haver ali assaltos a toda a hora. Eles vão escolher as horas.

O que nos diz a Estradas de Portugal é que estão a cumprir um projecto aprovado e que não há volta a dar ao assunto. No nosso entender seja qual for a proposta que nos vão fazer, achamos que aquela proposta no local seria a melhor em todos os sentidos, a mais barata, a mais económica em todos os sentidos. Dizem-nos que isto não tem condições técnicas, só que não nos explicam. Eu queria entregar uma comunicação que fiz pelas entidades com quem me correspondi, das quais a Câmara nunca nos comunicou seja o que fosse, eu queria entregar isto para que chegasse ao responsável desta área afim de ver o que é que se está a fazer."

5.4 - Usou da palavra o Exm.<sup>o</sup> Senhor Munícipe Francisco Pinto, morador na Quinta do Pocinho, Rua Particular Lote 9 - 2815 Sobreda.

5.4.1 - Exm.<sup>o</sup> Senhor Munícipe Francisco Pinto:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Na continuação do representante que esteve aqui da Quinta de São Gabriel. Eu sou representante da Quinta do Pocinho e no fundo dado o tempo que nos dão que é curtíssimo para os problemas que temos, vimos só mais uma vez informar já que nem a Sr.<sup>a</sup> Presidente nem o Sr. Vereador nunca nos ajudaram rigorosamente nada, vimos informar que neste momento além do problema da passagem que deixamos de ter, se houver um incêndio na Quinta do Pocinho ou na Quinta de São Gabriel, arde tudo porque neste momento não há espaço para passar um carro dos Bombeiros. Convidava a Sr.<sup>a</sup> Presidente que nunca lá foi, pelo menos nunca a lá vimos, convidava a Sr.<sup>a</sup> Presidente e os Srs. Vereadores a irem à Quinta do Pocinho, nomeadamente neste momento que há as obras para verem em que condição a gente vive. Por outro lado, para além do problema da segurança há o problema dos toxicod dependentes que neste momento começaram a ocupar a Quinta de São Gabriel e o Palácio de São Gabriel que está como sabem abandonado, e há mais outra coisa grande que está abandonada também, e que neste momento é um Centro de droga e criminalidade na Sobreda e que pelos vistos os responsáveis ignoram ou fazem que não vêem. De tal maneira que neste momento não há sequer uma placa indicativa nem no Lazarim, nem na Sobreda nem em lado nenhum para a Quinta do Pocinho, para a Quinta da Sobreda ou para a Quinta do Cortiço, ou seja, quando se chama o 112 e isso aconteceu na semana passada por três vezes, os Bombeiros não sabem sequer por onde se entra, por onde se passa, não sabem nada. Portanto, estamos perante uma situação de desprezo numa Cidade que no





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

século XXI se pretende uma Cidade futura e pelos visto há três Almadas no Concelho de Almada, nós somos os que ficamos para terceiro lugar."

5.5 - Usou da palavra a Exm.<sup>a</sup> Senhora Munícipe Isabel Cerdeira, moradora na Rua Helena Félix, nº 8 3º - 2820-596 Charneca de Caparica.

5.5.1 - Exm.<sup>a</sup> Senhora Munícipe Isabel Cerdeira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria fazer um apelo à Sr.<sup>a</sup> Presidente de vários habitantes da Charneca de Caparica, que fazem um apelo para nos dar mais tempo por causa do Canil de Vale Cavala. Para conseguirmos arranjar onde pôr os animais. Faço esse apelo."

5.6 - Usou da palavra a Exm.<sup>a</sup> Senhora Patricia Oliveira, moradora na Rua do Zaire, nº 38 - 1170-399 Lisboa.

5.6.1 - Exm.<sup>a</sup> Senhora Patricia Oliveira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu faço parte de um grupo de ajuda animal. O nosso pedido tem a ver com a retirada dos animais por parte da Câmara Municipal do Canil de Vale Cavala. Nós necessitamos de tempo para fazer a transferência dos animais que tenham que ser realmente retirados do espaço. E esses animais terão que fazer uma transição com muita calma. O tempo necessário terá que ser organizado com várias associações, nomeadamente a Associação Sobreviver que nos está a ajudar.

Também a Associação da Moita, temos muitas Associações que estão do nosso lado, e tudo isso tem que ser ponderado, tem que ser feito com calma, nós não queremos que os animais vão para o Canil para abate, não é isso, se os animais tiverem que ir para o Canil serão para adotar e não para abate.

Os animais, temos que pensar acima de tudo, temos que fazer com que Almada e a Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, pense, faça as coisas como deve ser, pense sobretudo nos animais que ali estão. É neles que nós estamos a pensar, criar condições para eles. Se eles sofreram até hoje vão deixar de sofrer. Se é isso, se é o intuito que toda a gente interveio e que quer intervir é para isso que nós ali estamos. Para assegurar o seu bem-estar única e exclusivamente, daí nós pedimos mais de trinta dias, no mínimo noventa dias para podermos intervir nesta situação, podermos catalogar todos os animais, bebés, jovens, adultos e idosos, podermos saber de todos aqueles que necessitam de intervenção de imediato dum veterinário, famílias de acolhimento, tudo. Não se pode chegar ali e retirar animais para canis. Os canis como todos sabem não têm possibilidades nem de fazer triagens de adoptantes. Não têm pessoal adequado, infelizmente. Hão-de o ter, e nós associações queremos colaborar com os canis. É isso que nós estamos aqui hoje a pedir, tempo para que no Canil de Vale Cavala se arranjem as condições, não se retirem os animais ao Sr. José desta maneira, porque não é isso que vai ajudar aqueles animais. É isso que nós queremos pedir."

5.7 - Usou da palavra o Exm.<sup>o</sup> Senhor Munícipe José Manuel M. Bento de Almeida, morador na Rua Dona Maria da Silva, nº 7 r/c - 2800-166 Almada.

5.7.1 - Exm.<sup>o</sup> Senhor Munícipe José Manuel M. Bento de Almeida:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu sou mais uma das pessoas que está neste movimento, eu sou um anónimo que gosta de animais e que infelizmente em Almada existem uns quantos animais muito mal tratados.

Ao contrário do que uma Sr.<sup>a</sup> ali atrás disse, eu tenho o maior respeito, realmente estes animais pelas fotografias e pelos vídeos que eu tive oportunidade de conhecer eles estão em mau estado de tratamento, não digo todos, mas aqueles que eu visionei estão realmente em muito mau estado.

O que eu venho aqui apelar ao bom senso de todos os Srs. Autarcas que realmente nos dêem mais tempo, principalmente às Associações para que consigamos arranjar pessoas para adoptar estes animais. Não vai ser fácil, ao contrário se calhar de algumas pessoas de direito que estiveram no Canil na passada segunda-feira, não vai ser nada fácil, nem mesmo os animais de raça, porque muitas vezes nós deparamo-nos, quem anda no terreno, que os animais abandonados são animais que são comprados por preços elevados e depois são abandonados. Portanto, fundamentalmente, o que eu aqui venho pedir é que tenham o bom senso de dar mais tempo para que nós e as associações. Nós, eu falo em nome dos anónimos, dos particulares se assim se poderá dizer, que consigamos arranjar pessoas para os adoptar, e que realmente permitam que seja feita a entreaajuda entre o Sr. José e as respectivas pessoas que querem ajudar a que este caso seja resolvido. Fundamentalmente era isto que eu queria dizer e que haja bom senso por parte das pessoas e da Câmara Municipal de Almada."

5.8 - Usou da palavra a Exm.<sup>a</sup> Senhora Célia Maria Feijão da Silva, moradora na Rua Suzana Prado, Lt. 249 - 2855-352 Corroios.

5.8.1 - Exm.<sup>a</sup> Senhora Múncipe Célia Maria Feijão da Silva:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho aqui na qualidade de Múncipe atenta à situação da causa animal neste Concelho, e venho em representação também de muitos outros, e gostaria também de abordar a questão do Canil de Vale Cavala, do qual tive conhecimento, cuja existência só conheci muito recentemente e tive conhecimento que este foi encerrado pelo Veterinário Municipal de Almada, ontem.

Eu sei que este processo; já havia sido efectuada uma denúncia há cerca de quatro anos e foi necessário haver a intervenção e divulgação dos meios de comunicação para que a Autarquia de Almada tomasse a iniciativa de fazer algo perante esta situação. Quanto a mim é bastante grave, portanto isto representa realmente qual é a atitude e a passividade desta Autarquia relativamente a esta situação. Em quinze dias com a ajuda de um Deputado que foi a única pessoa que realmente se preocupou com esta situação, conseguiu-se proceder ao encerramento do Canil, agora a minha questão também vai para o destino destes animais. Porque neste local encontram-se cerca de duzentos cães, um burro, diversos furões, diversos coelhos, cobras inclusive e todo o tipo de parasitas e mais alguns. Portanto há aqui um atentado à saúde pública visível, portanto para todas as pessoas que residem ali perto.

Depois, existe uma Associação aqui também no Concelho de Almada que alberga cerca de duzentos e cinquenta animais da espécie canina e que também não auferes qualquer apoio, qualquer iniciativa das





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

autarquias e portanto estão a dar um contributo para a saúde pública porque estão a remover animais errantes das ruas e não têm ajuda de ninguém, a não ser de donativos, as pessoas têm que mendigar para ajudar a limpar as ruas, para que as pessoas possam viver bem. Por outro lado nós temos um Canil Municipal que tem uma capacidade para albergar meramente cerca de sessenta animais de espécie canina. O que quanto a mim também é vergonhoso. Portanto, perante toda esta situação caótica, porque este Concelho tem milhares de animais em situação errante e que podem obviamente contribuir de uma forma muito negativa para a saúde pública. Eu já apelo simplesmente à saúde pública, gostaria de saber qual é o papel e qual é a responsabilidade da Autarquia perante estas situações uma vez que dando exemplo mais uma vez de uma única Associação que existe no Concelho de Almada, essa Associação está a contribuir para o bem estar social dos autarcas e também dos animais.

Gostara de saber qual é o papel desta Autarquia, o que esta Autarquia pretende fazer relativamente à questão dos animais, relativamente à sua manutenção, à saúde pública, projectos de sensibilização cívica e educação pedagógica."

5.9 - Usou da palavra a Exm.<sup>a</sup> Senhora Leonor S. Silva, moradora na Rua Coronel Pedro F. Ribeiro, Lote 15-B - 2615 Alverca do Ribatejo.

5.9.1 - Exm.<sup>a</sup> Senhora Munícipe Leonor S. Silva:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho aqui reiterar uma vez mais sobre o assunto que tem vindo a ser falado que neste caso será o Canil de Vale Cavala. Neste momento a Câmara exige que seja feita a limpeza do Canil num prazo de 48 horas, não concedendo um prazo mais alargado para se poder remover e retirar os animais do respectivo Canil. (Eu agradecia um bocadinho de silêncio senão ninguém me consegue ouvir.)

Eu venho aqui uma vez mais reiterar o pedido, porque a Câmara tem que atender às circunstâncias que ocorrem neste caso concreto, trata-se de animais, precisa-se de tempo para serem transferidos para outro local, é preciso fazer uma listagem e uma triagem dos animais que podem ser adoptados, que têm condições especiais urgentes para serem tratados e tudo isso requer tempo e requer muita disponibilidade, muita disponibilidade de meios humanos e económicos. Como a Câmara deve calcular, reunir essas condições no prazo que neste caso pretendem é humanamente impossível. Por isso eu venho reiterar uma vez mais que é necessária a concessão de um prazo pelo menos de sessenta dias é o mínimo que podem exigir para serem retirados e serem transferidos os animais do respectivo Canil. Caso contrário teremos animais na rua como acontece habitualmente e para não esquecer que muitos dos animais que estão no Canil foram abandonados por pessoas que não querem e não estão interessadas e que por acaso estão no Canil e estão a ser alimentados ainda em circunstâncias menos próprias ou que possam ser menos próprias. A Câmara neste caso tem que dar o exemplo, deve dar o exemplo aos cidadãos, deve assegurar aos cidadãos condições de saúde pública, condições de saúde dos animais que neste caso precisam de tempo para serem transferidos. Por isso eu reitero mais uma



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

vez o pedido feito pelos meus anteriores colegas, para concederem um prazo mínimo de sessenta dias para os animais serem transferidos para os locais próprios."

5.10 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Munícipe António Manuel Pereira - Arsenal do Alfeite S.A. - Alfeite - 2810-001 Almada.

5.10.1 - Exm.º Senhor Munícipe António Manuel Pereira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Há um ano atrás estive presente nesta Assembleia e tinha dito que seria a última vez que participava na Assembleia Municipal por este assunto, "O Arsenal do Alfeite". Mas como no passado dia 1 de Setembro fez um ano que destruíram o Arsenal do Alfeite, Estaleiro da Marinha e o transformaram em S.A., não podia deixar de aqui vir dar o meu testemunho. Venho a título pessoal, porque até isso é difícil conseguir-se organizar uma nova Comissão de Trabalhadores. Andaram anos e anos, uma vez o PS outras vezes o PSD, sempre com o apoio do CDS a dizer que faziam, a dizer que assim é que tinha que ser, chegou a altura que fizeram. Ninguém pode dizer que não estavam avisados, os Srs. Vereadores, os Srs. Eleitos do PS, do PSD e do CDS, sabem porque nós informámos durante dois anos toda a gente do que iam fazer ao Arsenal do Alfeite. Parece que nós, trabalhadores é que éramos os burros, faz lembrar o Scolari que dizia: "eu é que sou o burro?". Não acreditavam, diziam que não, é pá a questão do pessoal, e o PSD e o PS assim na Assembleia da República o diziam e a nível do Concelho também. Conseguiram mandar o pessoal para a mobilidade especial, seiscentas e tal pessoas, o pessoal está resolvido. E o Estaleiro? O Estaleiro, esqueceram-se. S.A. é que é bom. Então meus amigos vinha-mos aqui dizer o seguinte, o Arsenal do Alfeite neste momento está parado, neste momento temos um navio em reparação que é o D. Carlos ainda vem nos moldes antigos, significa que não houve orçamento, está a ser feito conforme é necessário, vai-se fazendo. Neste momento qualquer navio para entrar no Arsenal do Alfeite obedece ao Orçamento. O Arsenal como é uma empresa de direito privado, é uma S.A., faz um orçamento à Marinha e a Marinha se achar que é muito regateia o preço, se achar que vale a pena manda arranjar, se achar que não vale não manda. Significa isto que mesmo aquelas pequenas reparações que têm ido para o Arsenal, só é feito o essencial, significa que mais tarde quem vai sofrer é a frota da Marinha. A Marinha tem cinco Fragatas novas, três Vasco da Gama e as duas novas que vieram da Holanda. Devia, todos os anos, entrar uma Fragata dessas em reparação, porque a Marinha teve durante quarenta anos submarinos a navegar, e o submarino não anda à superfície, a navegar com qualidade, com segurança, por reparação no Arsenal do Alfeite. Teve as Fragatas, as Corvetas da Classe Jacinto Cândido e Batista de Andrade que navegaram mais de quarenta anos, reparação e manutenção no Arsenal do Alfeite. Tem as novas da Classe Vasco da Gama que já sofreram intervenção, neste momento devemos estar a receber a Fragata Álvares Cabral. Para verem o caricato que é. A Marinha tinha o seu Estaleiro em que mandava reparar os seus navios, neste momento já saiu no Diário da República a autorização pelo Ministério das Finanças para a reparação da Fragata e a Fragata não entra no Arsenal. Porquê? Porque acharam caro. O que se fazia



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

por cinco querem fazer por dez. E neste momento a Marinha está a cortar naquilo que só quer mandar reparar. Ou seja, não vai mandar reparar o navio como assim o fazia antigamente.

Só para terminar. Diziam que era preciso transformar em S.A. que era para termos novas tecnologias, parcerias, mas nós vamos fazer parcerias com a Transtejo? Por muito respeito que temos pela empresa Transtejo, a Transtejo tem outros estaleiros, o Arsenal do Alfeite era um Estaleiro de construção e reparação naval. Temos aí o exemplo dos dois salva-vidas, tecnologia totalmente portuguesa, concebido, executado e construído no Arsenal do Alfeite, foi chave na mão para a Marinha, neste caso para o Instituto de Socorros a Náufragos. Neste momento não temos capacidade nem para construir um barquinho de pesca. Só para verem qual foi o investimento tecnológico que fizeram. Compraram os computadores e compraram A5, A4, A3 e Ford Mondeo com cartão de combustível. Foi para isso que destruíram o Arsenal do Alfeite? Foi para isto que fizeram a transformação no Arsenal do Alfeite. Convidava-vos a todos se quiserem a pedir uma visita ao Arsenal do Alfeite, viam com os vossos olhos a tristeza que é aquilo, está completamente abandonado."

5.11 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município José Joaquim Anacleto Cardoso, morador na Rua Fabrica das Peles, nº 39 - 2820-308 Charneca de Caparica.

5.11.1 - Exm.º Senhor Município José Joaquim Anacleto Cardoso:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É a primeira vez que estou nesta Assembleia Municipal, sempre vivi em Almada em várias Freguesias e há poucos meses mudei-me para a Charneca de Caparica. O que constato é que todas as ruas estão cheias de lixo e ervas. No dia 31 de Agosto enviei um e-mail para a Junta de Freguesia e para o Almada Informa. A 5 de Setembro enviei um e-mail para o Gabinete da Presidência e para a Direcção Municipal de Obras e Valorização Urbana. De todas as entidades a única que teve a amabilidade de me responder foi a Junta de Freguesia da Charneca com o ofício nº 1332, que enviou para a Câmara Municipal de Almada. Sr.ª Presidente, considero que no mínimo devia ter tido uma resposta. Onde está a regra da boa educação?

Na Rua Fábrica das Peles, neste momento é uma autêntica lixeira, inclusivamente a Câmara Municipal é proprietária de um dos terrenos e aconselhava a Sr.ª Presidente a passar por lá para ver os passeios cheios de ervas. O exemplo devia de ser da Câmara Municipal. Portanto, Sr.ª Presidente, gostaria que me respondesse a três questões. Primeiro é política da Câmara Municipal de Almada de negar as questões levantadas pelos residentes do Concelho? Segundo, porque não limpa a Câmara Municipal de Almada os passeios dos terrenos de que é proprietária? Eu limpo o meu. Terceiro, porque existe tanto lixo e ervas nas ruas da Charneca?"

5.12 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Florentino Alves, morador na Rua da Falésia ao Fóni, 13-A - 2820-012 Charneca de Caparica.

5.12.1 - Exm.º Senhor Município Florentino Alves:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Primeiro que nada quero comungar da mesma opinião que a pessoa que me antecedeu, falou da Charneca de Caparica, de Caparica, não troquem o sexo à Charneca, não é da Caparica é de Caparica. Quero comungar, efectivamente a Charneca de Caparica há uns tempos a esta parte é lixo, lixo, mas temos que dizer qual é, não é só monos, é também lixo nos contentores.

Sr.<sup>a</sup> Presidente lamento que sendo a Freguesia que tem um terço do território do Concelho de Almada, várias vezes tenho aqui dito, é a Freguesia, perdoem-me os outros fregueses das outras Freguesias, é a Freguesia mais mal tratada. Moro lá desde 1983 e é a Freguesia mais mal tratada. Não tenho nada contra a Senhora Presidente, mas tenho contra os serviços ou alguém que manda neles. Os monos, quem lá passa há dois, três, quatro dias na rua, não sei se é rua se é avenida, perdoem-me, das areias, se calhar um camiãõ TIR não tira o lixo que lá está. E em conversa que venho tendo com o Executivo da Freguesia da Charneca de Caparica, cheguei à seguinte conclusão, a Freguesia para responder aos seus fregueses teve que fazer a aquisição de um camiãõ, por aquilo que eu li no Relatório e Contas, diz lá que foram cerca de noventa mil euros. Pelas contas que eu fiz a Junta de Freguesia da Charneca de Caparica pagou até agora cerca de setenta e cinco mil euros, se estiver errado Sr. Presidente da Junta, Sr. Fernando Jorge faz o favor de rectificar. Porque o serviço, segundo me parece é da competência da Câmara ou se a Câmara delegou na Junta de Freguesia pelo menos o camiãõ teria que ser pago ou deveria ser pago pela Câmara. Pelas informações que obtive não foi pago um tostãõ destinado a esse camiãõ até hoje. E a Freguesia da Charneca de Caparica desembolsou setenta e cinco mil euros. (Eu peço desculpa ao Sr. Presidente da Assembleia, vou para além dos dois minutos mas os meus antecessores há aqui um que também demorou seis, portanto deixe-me ir até ao fim por favor.) Relativamente a este assunto gostaria que a Sr.<sup>a</sup> Presidente me dissesse efectivamente o que é que se passa? Porque é que a Freguesia da Charneca de Caparica não tem o apoio que deve?

Segundo ponto, na penúltima Assembleia Municipal trouxe aqui um problema que já vem desde 2006. É o facto de alguns prédios rústicos que estão situados na Charneca de Caparica, aqui o Sr. Vereador José Gonçalves fez o favor quando pertenceu ao Pelouro, fez o favor de me ouvir e que eu vim a constatar, cujo processo estava parado algures. Tive uma reunião a 14 de Junho com a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Amélia Pardal e passados dois meses e meio continuo à espera de uma resposta. Ou seja, o Diário do Governo, assim se chamava, de Fevereiro de 1949, constituía a Charneca de Caparica a Nascente a Rocha. O Decreto-Lei nº 125/85 que constitui a Freguesia da Charneca, definia a Poente como limite a Arriba Fóssil."

5.13 - Usou da palavra o Exm.<sup>o</sup> Senhor Município António Fernando Gomes Maio, morador na Praça da Portela, nº 1 r/c Esq. - 2810-270 Almada.

5.13.1 - Exm.<sup>o</sup> Senhor Município António Fernando Gomes Maio:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu sou um morador na renovada Praça da Portela. A renovada Praça deixou em frente a minha casa um aterro sanitário, os ecopontos que estão lá. Um carro do lixo que às três da manhã que vai levantar o lixo, eu não estou contra os homens que vão trabalhar, eu estou contra a hora. Por exemplo eu estou



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

a dois metros do carro que vai ao lixo, quem é que dorme ali? Ninguém dorme. Tem alternativas, Sr.<sup>a</sup> Presidente, se não houvesse alternativas para mudar dali os ecopontos. Eu não tenho nem o BES, nem o Millennium no meu prédio, porque era para ficar um ecoponto em frente dos Bancos. Não ficaram. Não é admissível chegarem às três horas da manhã a dois metros de onde eu durmo, quer dizer a pessoa que vai trabalhar não consegue. Não há hipótese Sr.<sup>a</sup> Presidente? Eu só peço que me tirem dali o ecoponto, porque há alternativas. Em frente à Praça, até para a viabilidade do carro. Se faz barulho com o ecoponto pequeno, com o grande a Sr.<sup>a</sup> veja o barulho que faz às três da manhã.

Outra coisa que eu quero chamar atenção. Na Praça os Bancos, fizeram só um banco do lado esquerdo da Praça. Só de um lado, fazem dos outros ou não fazem? Dá-me impressão que do lado onde eu moro não pagamos impostos à Câmara. Deve ser isso penso eu.

Fizeram um Fontanário, não fizeram um bebedouro como tem no Parque da Paz, ali não, fez-se um Fontanário, perde-se centenas e centenas de metros cúbicos de água. E então o que é que fizeram agora? Como a torneira virada para baixo, tenho impressão que o Engenheiro que fez aquilo bebia água deitado e agora para não ficarem deitados chegou lá um Sr. e virou a torneira ao contrário. O caudal de água que sai é uma coisa extraordinária. Peço à Sr.<sup>a</sup> Presidente para olhar para este problema que é grave, eu não consigo abrir uma janela porque realmente há mosquitos, há tudo."

5.14 - Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Sr. Luís Filipe Pereira; Sr. António Pedro Maco; Sr. Fernando Pena e o Sr. Bruno Dias para responderem/esclarecerem os Srs. Múncipes; a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Rui Jorge (a solicitação da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara).

5.14.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A questão que queria colocar no seguimento de ouvir os Srs. Múncipes a quem eu queria saudar por terem aqui vindo trazer algumas das matérias que os preocupam e em particular referir-me ao Canil da Rua Quinta dos Eucaliptos que aqui tem sido chamado de Canil de Vale Cavala.

Eu tive conhecimento através de um e-mail que chegou ao e-mail do Bloco de Esquerda em Almada, no dia 14 de Setembro de uma situação relacionada com um Canil ilegal onde se praticavam as maiores barbaridades e onde não existiam qualquer tipo de condições de higiene ou sanitárias. De imediato, nas horas seguintes tentei entrar em contacto com o Sr. Vereador Rui Jorge, não tendo conseguido, consegui no dia seguinte. Entretanto tive ocasião de visitar aquilo a que se está aqui a chamar de Canil e verifiquei que de Canil aquilo não tem absolutamente nada. É evidente que aquele Sr. merece a consideração de toda a gente, só que aquele Sr. devido à idade que tem e devido à falta de formação que provavelmente nunca teve na vida dele, ele foi criando aqueles animais como não se devem criar porcos. Portanto é preciso falar claro. A questão que se coloca ali é a falta absoluta de condições de higiene. É evidente que há pessoas que toleram que com os animais, enfim possa haver alguma falta de condições. Nós por acaso não nos situamos nesse quadrante, nós somos pela defesa dos direitos dos animais e ficamos inquietos com aquela situação. Envolvermos o Sr. Vereador que nos disponibilizou de imediato a presença do Assessor com o Veterinário da Câmara, que ficámos ali a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

saber que o Sr. Veterinário da Câmara tinha conhecimento daquela situação e há cerca de um ano a Direcção Regional dos Serviços Veterinários de Lisboa e Vale do Tejo tinham sido informados daquela situação. Ora tinha-se passado um ano e a Direcção Regional dos Serviços Veterinários de Lisboa e Vale do Tejo não tinham actuado. Ficámos a saber. Foi-nos dito pela Câmara, ao que parece não será bem assim e que a Câmara não tinha responsabilidades para intervir naquele local. Ao que parece agora pelo menos com algumas notícias saídas a público que a Câmara terá alguma responsabilidade. É preciso agir ali naquele espaço. É evidente que nós não podemos passar do oito para o oitenta, aquela situação é uma situação caótica que está ali. A comida que é dada aos animais, para vocês terem uma ideia, é sempre posta por cima da comida que não foi consumida pelos cães. Ou seja, a comida vai crescendo como cogumelo e vai sendo depositada comida nova, restos de restaurantes em cima de comida que não foi consumida pelos animais. A água dos recipientes é sempre acrescentada. Aquilo parece água de lavar carvão, tudo menos água potável para os animais beberem. Logo aquela situação é impossível de continuar assim. Se é possível educar a pensar ajudá-la a manter aquele espaço em condições de higiene, nós não temos nada a opor. Agora que aquilo continua naquele estado, não pode ser de maneira nenhuma.

Depois há a questão também do Sr. José da Costa, que ao que parece vive do comércio daqueles animais. Isto aqui também há a noção dele, que aqueles animais são animais de caça e têm que ser criados assim porque senão não são bons caçadores.

Portanto, é necessário que a Câmara, que a Direcção Regional de Serviços Veterinários de Lisboa e Vale do Tejo acompanhem esta questão e a solução não pode ser passar do oito para o oitenta, ou seja, retirar dali os animais para os abater rapidamente. É preciso dar ouvidos às questões que foram aqui trazidas, nomeadamente pela Munícipe que falou em terceiro lugar e pelo jovem que falou em nome das Associações dos Amigos dos Animais. É preciso dar tempo para que esta situação seja resolvida. Porque quem se envolveu com este problema não quer de modo algum que os animais sejam abatidos. Isso não passa por aí. Agora a Câmara foi informada pelo menos neste contexto por mim no dia 15 de Setembro a partir de um movimento que foi despoletado por mulheres na Charneca de Caparica a quem eu aqui a acabar esta pequena intervenção, quero dirigir a minha saudação porque foram elas que denunciaram esta situação, é graças a elas que este problema vai ser resolvido. Com certeza vai ser resolvido, mas tem que ser bem resolvido, tudo pela defesa daqueles animais que ali estão."

5.14.2 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para informar que o CDS também está informado do que se passa no Vale da Sobreda. Já sabemos perfeitamente, isto para quem conhece o Vale da Sobreda e para quem já lá foi e visitou o Vale da Sobreda é um sítio de Almada onde as pessoas que lá vivem também pagam os seus impostos, também pagam as suas contribuições e vivem em péssimas condições, nomeadamente com estradas esburacadas, lama e não existem transportes públicos. Inclusivamente foi fechada uma das entradas





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

que existiu para o Vale da Sobreda o que torna as condições daquele Vale ainda mais precárias relativamente aos seus acessos.

Eu devo lembrar que existem imensas famílias, moram imensas famílias naquele Vale, são famílias que têm filhos, deslocam-se todos os dias para os seus empregos e inclusivamente existem pessoas que já são idosas como é evidente, e crianças que têm que fazer todos os dias metros quando não quilómetros para chegar aos seus destinos quer do trabalho, quer das escolas.

Foi fechada essa entrada o que torna dificilmente a mobilização dentro desse Vale. E já que a Câmara de Almada fala tanto na mobilização, acho que devia também de ter em atenção o Vale da Sobreda. Esta é uma situação que nos preocupa, vai continuar a preocupar. O CDS vai estar atento ao desenrolar de toda esta situação do Vale da Sobreda, inclusivamente até porque parece que há uma proposta que seja aberta, ou neste caso ao retomar neste caso a sua deslocação quer pedonal, quer também rodoviária, para que aqueles mesmos habitantes possam ter uma mobilidade muito maior dentro do Vale da Sobreda.

Quero aqui apenas manifestar mais uma vez nesta Assembleia Municipal na presença de todos, que o CDS vai estar como está noutras situações também atento ao que se está a passar no Vale da Sobreda."

#### 5.14.3 - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas palavras então breves sobre a questão do Canil aqui chamado de Vale Cavala, por outros Canil do "Zé da Burra", enfim um conjunto de nomes que ali temos e começa por uma questão colocada pela Sr.<sup>a</sup> D. Maria Isabel sobre, que interesses da Câmara? Declaro que nenhuns a não ser garantir a legislação vigente sobre a saúde animal e sobre a saúde humana também, que também é importante estar presente nesta situação e termos em atenção que estamos a falar numa zona onde é inviável a existência de um Canil e muito menos um Canil com aquele tipo de condições numa situação degradante como aqui também referiu o Sr. Deputado Luís Filipe que também lá esteve e que não poderia ter continuidade.

Nesse sentido estamos a envidar um conjunto de esforços juntamente com a Direcção Regional de Veterinária, com a entidade Autoridade de Saúde Pública de Almada, para garantir que o Canil é encerrado, mas que os animais são encaminhados para destinatários, para donos que os vão tratar. E é nesse sentido que tem sido a nossa intervenção. Não houve, não sei quem é que se lembrou de falar em quarenta e oito horas, não houve nenhum prazo de quarenta e oito horas dado pela Câmara Municipal, houve na inspecção que foi feita anteontem com a presença das entidades que referi, inclusive também da GNR, da Direcção Regional de Veterinária e Direcção Geral de Veterinária, houve uma tentativa de dar um prazo para encerramento imediato e para transporte dos cães para canis licenciados um na Amadora, outro em Évora. Houve a disponibilidade imediata por parte da Câmara Municipal de que isso não fosse feito assumindo a Câmara as responsabilidades que não sendo suas vão contribuir para a resolução eficaz do problema. Ou seja, vamos acompanhar permanentemente a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

situação com o Médico Veterinário Municipal, não havendo naturalmente oposição da parte do proprietário dos animais, como parece, que até agora não houve, mas enfim deixou-me preocupado algumas das questões que foram aqui colocadas, era bom que não se transformassem numa guerra e empatassem a resolução de um problema quando o que interessa de facto é isso mesmo, a resolução desse problema. Com a ajuda do proprietário vamos permitir com o acompanhamento do Veterinário Municipal, com a criação das condições mínimas de higiene, com a presença de brigadas da Câmara na limpeza daquela situação vergonhosa que ali estava, vamos conseguir encaminhar os animais para destinatários e enquanto isso não for conseguido naturalmente o Canil não será encerrado. Mas a ideia é de facto que todos os animais dali saiam e nesse momento encerrar aquele Canil que não tem as mínimas condições de operar.

É esta a posição da Câmara e continuará a ser esta, na salvaguarda naturalmente do bem-estar animal e do bem-estar das pessoas."

#### 5.14.4 - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Agradecendo a participação de todos e deixando nota também para vosso conhecimento que a Câmara Municipal reúne à primeira e terceira quarta-feira de cada mês, todos os meses e portanto também deixava esta nota para que as vossas preocupações possam ser levadas à Câmara que não têm tempo limite para as intervenções e não tem tempo limite para as explicações. Podemos ficar até à meia noite a esclarecer tudo.

Portanto, dizia ao Sr. Ilídio Galinho, penso que já reuniu quer com a Vereadora Amélia Pardal quer com o Vereador José Gonçalves sobre as questões que o preocupam. Conheço porque vou acompanhando estes dossiers que os Srs. Vereadores têm em curso, conheço os problemas, queira dizer que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora, eu própria temos um conjunto de dossiers em curso com a Administração do Porto de Lisboa. É bom ouvir que houve abertura, assim seja, vamos obviamente nas nossas conversas falar disso, mas por aquilo que aqui nos trouxe, terá havido abertura para a vossa proposta, registo. Depois também em relação a algumas preocupações que trouxe sobre estacionamento vamos avaliar. O Sr. Vereador Rui Jorge fará o favor de registar e avaliar a questão aqui colocada.

E em relação à Fonte da Telha, queria dizer também, penso que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora também já esclareceu, de qualquer modo dizer que o que está em curso na Fonte da Telha é um diagnóstico prospectivo, ao qual se seguirá a elaboração de um Plano de Pormenor e a manterem-se os consensos havidos há uns anos, o que ficará na Fonte da Telha, a manterem-se os consensos havidos há uns anos entre as diferentes entidades com a jurisdição daquele território, são exactamente os pescadores e os apoios de praias. Portanto, os Pescadores que precisam de trabalhar e viver, Apoios de Praia que precisam naturalmente também ali de trabalhar. Era isto, há aqui canais abertos, vocês sabem que podem continuar a conversar connosco e portanto vamos mantendo ao corrente da evolução destes assuntos sendo que naturalmente que nos interessa muito e muitíssimo que vocês tenham todas as condições para o vosso trabalho. Aliás na Trafaria, no Estudo de Enquadramento Estratégico da



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Trafaria ficou apontado exactamente um Porto de Abrigo, uma área para os pescadores. Vamos ver se se concretiza. A iniciativa desportiva que vai haver no Estuário do Tejo parece que terá a ver com as questões que vos estão a ser colocadas da vossa deslocação para o território da Trafaria. Mas, do Diploma que eu li, ninguém escreveu que a Trafaria seria abrangida por este projecto. O que fala é da Docapesca, de Pedrouços de libertar aquele território e portanto nós vamos conversar também com a APL e perceber porque é que os Pescadores têm que sair do sítio onde estão. Também precisamos de compreender e ouvir de viva voz da parte da APL e se o vosso ponto de vista è a Cova do Vapor, poderia ser interessante, vamos ver o que diz a APL.

Também deixava aqui uma nota, gostei de ver já não via há muitos meses, se calhar há mais de um ano que não via o Sr. José Rodrigues da Quinta de São Gabriel, era assíduo Munícipe nas Reuniões de Câmara, não sei se já está tudo resolvido com a D. Fernanda, haviam grandes problemas entre vocês, desejo que sim e que a Quinta de São Gabriel esteja no processo já de reconversão avançada e com tudo resolvido. Mas o que trouxe aqui, quer o Sr. José Rodrigues, que o Sr. Francisco Pinto, quer depois na parte final já o CDS, também aqui referiu, tem a ver com o IC32 - a Circular Regional Interna da Península de Setúbal.

O Projecto não é da Câmara, não foi aprovado pela Câmara, também é bom nós sabermos isto, o projecto não foi aprovado pela Câmara. A Câmara colocou em relação a este projecto muitíssimas questões que ainda não estão todas respondidas. E portanto, vamos com muita abertura com muita disponibilidade para o diálogo continuar disponíveis, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora, os Técnicos do Urbanismo para continuarmos a conversar sobre as questões que nos preocupam e portanto é um processo que estamos a acompanhar. Mas a Estradas de Portugal obviamente têm aqui, enquanto licenciadoras do projecto e da obra, uma palavra a dizer e eu espero que as preocupações e os problemas da população venham a ser devidamente acautelados. Não digo que há vontade de todos, porque nestas coisas também não é possível que tudo seja à-vontade de todos. Mas nós mantemo-nos muito atentos e em ligação com a Estradas de Portugal, não sendo o projecto nosso.

Queria deixar também nota de que tomámos o devido registo relativamente a algumas placas. Vamos dizer porque se foram retiradas a obra não pode deixar de ter em conta a necessidade da sinalização e portanto, vamos também enviar estas preocupações e estas necessidades.

Sobre o Canil acho que está tudo. O Sr. Vereador que está a acompanhar o processo é bastante conhecedor e deu aqui todas as informações, portanto não há aqui prazos, não há aqui ultimatros. Como em relação a tudo na vida local a Câmara tem uma enorme abertura, uma enorme compreensão, percebendo os problemas e às vezes não são conciliáveis, mas percebendo os problemas, não põe uma venda nos olhos e não os ignora e portanto procura tratar de tudo pensando em todos os interessados e em todos os aspectos, mas zelando pela saúde pública. Naturalmente pensando nos animais mas zelando pela saúde pública. Está bem entregue e naturalmente será bem acompanhado.

Queria deixar uma nota em relação às questões do lixo, é uma preocupação que naturalmente todos temos. Temos que continuar a melhorar e também a procurar que os nossos Municípes também



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

respeitem mais as regras, não ponham o lixo em qualquer lado, não ponham a seguir a nós passarmos por um sítio, a seguir já lá estão toneladas de lixo. É um trabalho que tem que continuar a ser feito, de sensibilização.

Queria aqui deixar nota de que, não vou entrar na polémica de quem paga o quê, mas gostava de dizer que a maior parte do dinheiro que as Juntas de Freguesia recebem vai da Câmara Municipal. Eu gostava de deixar isto, porque aquilo que vem do Orçamento de Estado é quase zero. E portanto as nossas Freguesias as verbas que têm esmagadoramente são transferidas da Câmara para as Freguesias. E portanto obviamente que cada um avalia melhor, avalia as necessidades locais e aplica da forma como entende e entende bem sempre os recursos disponíveis. De qualquer modo existe um protocolo de descentralização, nesse protocolo estão definidas as responsabilidades das partes e naturalmente quando alguém acrescenta mais alguma coisa, nós não vamos dizer para não acrescentar, e tudo não é demais para resolver os problemas e a própria cooperação entre os Serviços da Câmara e as nossas Juntas de Freguesia existe e deve continuar a ser cada vez mais reforçada. Portanto, atenção à Charneca, o lixo com certeza.

Queria deixar também uma nota de que esta preocupação sobre o Laranjeiro, não sou autora do projecto, muitas vezes também eu própria não gosto, também tenho as minhas reservas, não gosto de tudo o que vejo, mas como cada um de nós, também temos o nosso ponto de vista, agora aqui uma questão que é trazida, os bancos é uma questão de projecto, não é uma questão de dizer que fica ali ou fica acolá, é uma questão do projectista. O Fontanário é uma questão de projecto, de qualquer modo o nosso Vereador e Presidente dos SMAS já vi que tomou aqui nota para avaliar.

Em relação à recolha e o horário da recolha. Temos que ver, temos que avaliar. A questão está no horário porque perturba, porque prejudica o descanso, etc., etc., e portanto ficou devidamente anotado e vamos ver como é que esta questão pode e deve ser considerada. Eu queria saudar também aqui a intervenção do trabalhador do Arsenal do Alfeite, S.A. agora, e queria dizer que acompanhamos com atenção e com preocupação também a evolução desta empresa. Desejamos que a situação se altere porque há muito trabalho a ser feito, e há muita competência instalada para fazer esse trabalho no Arsenal, portanto que tem que trabalhar para a Marinha e a Marinha tem muitas necessidades e portanto o que desejamos é que esta situação passado um ano não seja para durar, que o Arsenal não esteja parado e que o Arsenal que tem essa competência e essa capacidade, possa dar ao país aquilo que tem para dar que é o seu esforço de trabalho e a sua competência e a capacidade de resolver os problemas que a Marinha Portuguesa também precisa de ver resolvidos.

Muito obrigada por tudo aquilo que trouxeram aqui esta noite."

5.14.5 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só para informar porque o CDS foi visado na intervenção sobre o Arsenal do Alfeite, que de facto a decisão não passou pelo Parlamento, foi uma decisão do Governo, do Sr. Ministro Severiano Teixeira, e é verdade que o CDS na altura manifestou uma posição favorável com duas condições. A primeira que



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

fossem garantidos os postos de trabalho. E a segunda, que fosse feito o investimento inicial do Estado para a modernização do Arsenal do Alfeite.

Lembrar também que o capital ainda é na totalidade do Estado, através da IMPORDEF e portanto não houve privatização, apenas mudança de estatuto e que é o Estado o responsável pela situação do Arsenal.

5.14.6 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Há aqui uma afirmação que talvez por lapso não corresponde à verdade. Este diploma que alterou o estatuto do Arsenal do Alfeite passou pela Assembleia porque o PCP requereu a apreciação parlamentar do Decreto-Lei e apresentou um projecto para a cessação de vigência para que o Decreto-Lei não entrasse em vigor e essa proposta que o PCP apresentou para que esse diploma não entrasse em vigor foi rejeitada pelo PS, PSD e CDS-PP."

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 - Para apresentação de Votos de Pesar, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de António Dias Lourenço) e António Pedro Maco (apresentando Voto de Pesar aos Soldados da Paz).

6.1.1 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar

Pelo falecimento de António Dias Lourenço

Faleceu no passado dia 7 de Agosto, com 95 anos, António Dias Lourenço que dedicou a vida à luta da classe operária, dos trabalhadores e do povo português, à luta do seu Partido contra o regime fascista, contra a exploração, pela liberdade, pela democracia, por uma sociedade nova, justa e solidária, pelo socialismo.

Nascido em Vila Franca de Xira em 1915, torneiro mecânico de profissão, Dias Lourenço, que começou ainda criança a vida de operário, aderiu ao Partido Comunista Português em 1932, com 17 anos de idade e foi um dos seus mais destacados dirigentes.

Desde muito cedo, Dias Lourenço teve uma intensa actividade cultural, destacando-se no começo dos anos 40, o papel importante que assumiu na organização dos «Passeios no Tejo», com a participação de Álvaro Cunhal, Soeiro Pereira Gomes, Alves Redol e outras destacadas figuras da cultura, encontros que permitiram estreitar laços entre intelectuais e operários e impulsionar o movimento neo-realista e a luta antifascista.

Foi representante do Partido no Conselho Nacional do Movimento Unidade Nacional Antifascista (MUNAF).

António Dias Lourenço foi responsável pelo «Avante!», Órgão Central do PCP, de 1957 a 1962, ano da segunda prisão, e seu Director desde a publicação do primeiro número legal em 1974 até 1991.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Preso duas vezes, em 1949 e 1962, Dias Lourenço passou 17 anos nas prisões fascistas, tendo protagonizado uma das mais audaciosas fugas ao evadir-se do Forte de Peniche em 1954.

António Dias Lourenço foi Deputado na Assembleia da República entre 1975 e 1987, tendo feito parte da Assembleia Constituinte.

Deixa-nos editadas valiosas obras ligadas à luta como «Vila Franca de Xira: um concelho no país – contribuição para a história do desenvolvimento socio-económico e do movimento político-cultural», «Alentejo: legenda e esperança», e ainda «Saudades... não têm conto! - Cartas da prisão para o meu filho Tónio».

Um dos mais destacados exemplos da resistência ao fascismo, da luta pela liberdade, democracia e transformações revolucionárias de Abril, Dias Lourenço deixa um exemplo de inquebrantável combatividade e firmeza na luta política, mas também um exemplo de dimensão humana e fraternidade que as gerações de comunistas, presente e futuras, saberão honrar.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 28 de Setembro de 2010 delibera:

1. Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de António Dias Lourenço, vulto maior da resistência antifascista e da construção da democracia em Portugal;
2. Remeter o presente voto de pesar à família de António Dias Lourenço e ao Partido Comunista Português."

6.1.2 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar

Soldados da Paz

Todos os anos assistimos em época estival ao flagelo que vem destruindo de Norte a Sul o que de mais rico o nosso país tem, o seu habitat natural.

É com enorme transtorno que de ano a ano, mais uma porção do nosso território nacional é destruído e devastado pelos violentos incêndios que lavram e consomem indiscriminadamente solos, lares, postos de trabalho, animais e todo um património riquíssimo que levará dezenas ou mesmo centenas de anos a reabilitar.

O mais trágico nisto, são as lamentáveis e cada vez mais, perdas de vidas humanas que resultam directa e indirectamente do combate a estes incêndios, muitos deles, provocados com mão criminosa.

É com profundo pesar, que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de Setembro de 2010 na freguesia do Feijó, vem manifestar as mais sentidas condolências aos familiares das vítimas e suas corporações através de um voto de pesar, não esquecendo e homenageando ao mesmo tempo a bravura e entrega dos Soldados da Paz, que é incansável todos os anos na trágica época de fogos."

6.2 - O Voto de Pesar sobre os Soldados da Paz foi apresentado de acordo com o nº 9, do artigo 40º do Regimento.

6.3 - Verificado o quórum passou-se à votação dos documentos.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

6.3.1 - O Voto de Pesar e Homenagem pelo falecimento de António Dias Lourenço, apresentado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU), foi aprovado por unanimidade.

6.2.2 - O Voto de Pesar aos Soldados da Paz, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), foi aprovado por unanimidade.

6.3.3 - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.

6.4 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Fernando Pena (apresentando Moção/Deliberação sobre Boletim Municipal; Moção/Deliberação sobre Monte da Cruz e o seu Cruzeiro e Moção/Deliberação sobre Terras da Costa); Filomena Silva (apresentando Moção/Deliberação sobre Em defesa dos Direitos Humanos); Henrique Pires (apresentando Moção/Deliberação sobre Por uma ECALMA justa ao serviço dos almadenses); Luís Filipe Pereira (apresentando Moção/Deliberação Por um MST com Futuro e Moção/Deliberação sobre Orçamento Participativo); Luísa Beato (apresentando Moção/Deliberação sobre o Hospital Garcia de Orta e Hospital no Seixal; Moção/Deliberação sobre Passe Social Intermodal e Moção/Deliberação sobre Transporte inclusivo em Pêra); Helder Viegas (apresentando Moção/Deliberação sobre Arsenal do Alfeite); Bruno Dias (apresentando Moção/Deliberação Contra a liberalização do horário do comércio ao Domingo); Almeida Lima (apresentando Moção/Deliberação sobre Terminal Rodoviário e Texto alternativo apresentado pela CDU e aceite pelo PSD "Moção/Deliberação Interface rodoviário Centro Sul - Rua Conceição Sameiro Antunes); Nuno Avelar Pinheiro (apresentando Recomendação à CMA de inclusão nas Grandes Opções e Orçamento para 2011 de um conjunto de investimentos na Educação); Ana Margarida Lourenço (apresentando Recomendação à CMA de inclusão nas Grandes Opções e Orçamento para 2011 de um conjunto de investimentos na Costa da Caparica); Sérgio Taipas (apresentando Saudação aos SMAS de Almada pelos resultados obtidos no Índice Nacional de Satisfação do Cliente; Moção/Deliberação sobre A Educação e abertura do Ano Lectivo e Moção/Deliberação sobre Construção do Pavilhão Gimno-Desportivo na escola Secundária Francisco Simões); Almeida Lima; Luísa Ramos; Luís Filipe Pereira; Ana Margarida Lourenço; Bruno Dias; Nuno Avelar Pinheiro; Sérgio Taipas; Fernando Pena e a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara.

6.4.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Projecto de Deliberação

1. A Câmara Municipal de Almada publica mensalmente uma edição de distribuição gratuita, de nome Almada, conhecida frequentemente por Boletim Municipal, que pretende divulgar pela população a actividade do Município.
2. A edição é custeada pelo orçamento municipal, ou seja, por dinheiro público.
3. A publicação Almada não deve ser um meio de promoção exclusiva de um partido nem de culto de personalidade.
4. A publicação Almada não deve conter matéria de opinião sem possibilidade de contraditório.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

5. A linha editorial da publicação Almada não deve obedecer a critérios ideológicos e deve traduzir a multiplicidade de opinião que está presente na vida de cidadania do concelho.
6. A informação transmitida pela publicação Almada não deve omitir factos ou acontecimentos relevantes para o concelho, ainda que controversos ou contrários à política do executivo camarário.
7. Em muitos municípios, publicações idênticas contêm espaço para os partidos políticos com representação municipal.

Face aos considerandos anteriores, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 28 de Setembro de 2010 delibera que a publicação Almada deverá conter:

- a) um espaço de 3 páginas reservado aos partidos políticos com representação nesta Assembleia, em moldes a acordar em Conferência de Representantes;
- b) um espaço de uma página reservado à participação dos munícipes, segundo uma selecção que assegure diversidade de opiniões."

#### 6.4.2 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Projecto de Deliberação

1. O Monte da Cruz e o seu Cruzeiro de pedra situam-se no lugar de Vale do Rosal, Freguesia da Charneca de Caparica. O solo deste local está consagrado desde o século XVI e o sítio é lugar de peregrinação e oração.
2. Este Monte e o seu Cruzeiro constituem um valor espiritual e cultural inestimável, pois ali rezaram os 40 Mártires do Brasil, beatificados em 1854. Quando o Processo de Canonização do Beato Inácio de Azevedo e Companheiros Mártires estiver concluído, este património vai assumir ainda maior relevância.
3. O espaço constitui-se assim como um marco inestimável da nossa história colectiva, cheia de um ideal mais alto que nos foi deixado pelos nossos antepassados e merece ser visto como património de Portugal e do Mundo.
4. Em 2010 iniciaram-se as obras do IC32 – Circular Regional Interna da Península de Setúbal (CRIPS) – verificando-se que a construção desta infra-estrutura coloca em risco a preservação deste importante património.

Face aos considerandos anteriores, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 28 de Setembro de 2010, delibera:

- a) que o Monte da Cruz e o seu Cruzeiro sejam considerados património de interesse municipal;
- b) que o Instituto de Estradas de Portugal, a Concessão Baixo-Tejo e a Câmara Municipal de Almada procedam às diligências necessárias à preservação integral do Monte da Cruz e do seu Cruzeiro, designadamente com o traçado do IC32 em túnel nesta parte;
- c) recomendar ao IGESPAR o estudo e classificação deste património."

#### 6.4.3 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



#### Projecto de Deliberação

1. As Terras da Costa constituem uma extensão de solos agrícolas de elevada qualidade, com quase 200 hectares de área, e que apresentam condições edafo-climáticas particularmente propícias para a agricultura. O clima local é invulgar, formando-se uma estufa natural ímpar no país. O carácter empresarial das explorações agrícolas que ali são desenvolvidas permite atingir até quatro colheitas por ano, sempre com escoamento assegurado, quer no próprio concelho de Almada, quer na área metropolitana de Lisboa e até para o exterior do país.
2. As Terras da Costa foram conquistadas para uso agrícola por sucessivas gerações de pessoas e constituem um precioso legado do engenho humano à história do concelho. Numa carta das Guerras Peninsulares publicada em 1821, verifica-se que aquele terreno era de características pantanosas. A terra cultivada e as construções vão surgindo de forma crescente em mapas de 1850, 1879, 1903 e 1930.
3. O Programa Habitat II da Organização das Nações Unidas estabelece o fomento da agricultura urbana como uma prioridade das cidades mundiais para o século XXI.
4. A agricultura urbana contribui para a sustentabilidade da metrópole com a manutenção da biodiversidade, a permeabilidade e conservação dos solos, a diversidade e riqueza da estrutura ecológica, a redução do transporte de alimentos e resíduos orgânicos, a recarga de aquíferos, a segurança alimentar e a estabilidade socioeconómica.
5. Estudos do Instituto Nacional de Estatística (2000) para a Região de Lisboa e Vale do Tejo mostram que as áreas agrícolas urbanas são as únicas que conseguem aumentar os seus efectivos populacionais.
6. Segundo o estudo Espaço Agrícola de Almada. Sistema de Parques Agrícolas do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, a salvaguarda de espaços agrícolas contribui para a definição de uma estrutura ecológica e cultural fundamental para a sustentabilidade da própria cidade.
7. As Terras da Costa possuem um elevado valor histórico, cultural, natural, ecológico e paisagístico e pertencem ao património inalienável do concelho de Almada e dos almadenses. São, além disso, o modo de vida e sustento de dezenas de famílias que as receberam dos seus antepassados.
8. No âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental da Estrada regional 377-2, a Direcção Geral de Agricultura do Ribatejo e Oeste (DRARO) salientou, em ofício de 2 de Outubro de 2007, que o Estudo Prévio não dá a devida relevância às Terras da Costa, quer enquanto solo, quer enquanto actividade económica. Declara, ainda, que a exploração das parcelas agrícolas ficará inviabilizada e esta área agrícola deixará de o ser.
9. No mesmo ofício, a DRARO considera que o projecto da ER 377-2, para além de descurar o interesse estritamente agrícola dos terrenos, também não releva o valor paisagístico e a contribuição da Terras da Costa para a conservação de biótopos, como melhor consta do Plano de Ordenamento



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica. A DRARO conclui que os impactos negativos da obra serão extremamente gravosos e irreversíveis.

10. O prolongamento da CRIPS (IC 32), o alargamento da estrada florestal, a extensão do metro de superfície à Costa de Caparica e a valorização do comboio de praia asseguram, com impactes ambientais, paisagísticos e sociais muito mais reduzidos, os alegados propósitos de acessibilidade e mobilidade.
11. No âmbito do Programa Polis da Costa de Caparica, o Plano de Pormenor da Frente Urbana e Rural Nascente contempla a construção de habitação social nas Terras da Costa. A área afectada por essa construção inviabilizará, na área de implantação da urbanização e na área circundante, a exploração de parcelas agrícolas, e trará impactes ambientais, paisagísticos e sociais gravosos e irreversíveis.
12. Em Maio de 2010, funcionários da Câmara Municipal de Almada, sem exhibir qualquer documento, procederam à remoção forçada de pessoas e bens, destruindo plantações e alfaias agrícolas, com o apoio da GNR, em duas parcelas de terreno agrícola, em prejuízo das acções judiciais em curso sobre os aludidos terrenos.
13. Com este acto, a edilidade criou condições para que uma eventual sentença favorável aos agricultores não possa produzir efeito útil normal.
14. Em sequência de uma Providência Cautelar interposta por um agricultor, o Tribunal veio acusar a Câmara Municipal de Almada de esbulho violento e intimou-a a retirar as vedações.
15. A Câmara Municipal de Almada não cumpriu a ordem judicial, incorrendo no crime de desobediência qualificada.

A Assembleia Municipal de Almada reunida a 28 de Setembro de 2010

- a) delibera pela protecção integral das Terras da Costa, da sua vocação agrícola e de todas as áreas naturais afectadas pela ER 377-2 e por planos imobiliários;
- b) pronuncia-se pela valorização das condições de vida e trabalho dos agricultores das Terras da Costa e das suas famílias nas terras que estão em seu uso;
- c) reconhece o património cultural, histórico, natural e paisagístico como elemento essencial no planeamento do concelho, da sua identidade e do seu futuro;
- d) determina que, até transição em julgado, a Câmara Municipal de Almada não faça qualquer intervenção nas terras agrícolas em causa;
- e) censura a Câmara Municipal de Almada pelo incumprimento de decisões judiciais, pondo em causa o bom nome do Município e do Estado de Direito."

6.4.4 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Filomena Silva (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

(Em defesa dos Direitos Humanos, pela inclusão e justiça social, contra a xenofobia e o racismo)

Considerando que:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Nos últimos meses assistimos, um pouco por toda a Europa, nomeadamente em França e em Itália, à estigmatização das minorias étnicas e/ou nacionais que se traduz por expulsões em massa de cidadãos por causa da sua pertença étnica;

O direito de todos os cidadãos da União e dos membros de suas famílias de circular e residir livremente em toda a UE constitui um pilar da cidadania europeia, inscrito nos tratados e transcrito para a legislação de todos os Estados membros;

As medidas persecutórias em relação às minorias étnicas e/ou nacionais são uma clara violação dos direitos humanos e constituem uma manobra de diversão face às reais origens e consequências da crise financeira, económica e social que abala a Europa e o mundo;

Estas medidas, abertamente discriminatórias, ajudam a conferir credibilidade a declarações racistas e xenófobas e abrem campo às acções de grupos da extrema-direita, como está patente nos resultados de recentes eleições em vários países europeus;

A discriminação institucional e social de que são vítima as minorias étnicas e/ou nacionais empurra-as ainda mais para a pobreza, a exclusão e a marginalidade;

A situação de precariedade social em que vive parte significativa das minorias étnicas e/ou nacionais e o endurecimento das políticas de gestão da mobilidade traduzem a ausência de uma orientação estratégica e de políticas coerentes de combate à exclusão social;

O concelho de Almada tem como residentes milhares de cidadãos oriundos de diversos países da União Europeia e de todos os continentes que enriquecem, não só o tecido económico, mas também a nossa diversidade étnica e cultural;

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de Setembro de 2010, delibera:

Reafirmar que o Município de Almada, honrando as suas tradições democráticas e humanistas, defende e pratica políticas pró-activas de integração social das diferentes comunidades, rejeita todas as formas de discriminação e zela pelo princípio da igualdade de tratamento de todos os cidadãos, independentemente da sua origem étnica, religiosa e cultural;

Associa-se à condenação expressa pelo Parlamento Europeu e demais instituições da União, considerando que aquelas práticas discriminatórias e persecutórias violam os tratados europeus, a legislação comunitária e os direitos humanos;

Exorta todos os municípios portugueses e europeus a assumirem o compromisso político inequívoco de promover uma política inclusiva e de igualdade de tratamento, assente no respeito pela diversidade cultural."

6.4.5 - O Sr. Deputado Municipal Henrique Mesquita Pires (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção

Por Uma Ecalma Justa ao Serviço dos Almadenses

A ECALMA, como entidade prestadora de serviços, pode e deve contribuir para uma melhor mobilidade na cidade de Almada. Mas, para isso, deve alterar os seus modos de actuação.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O Plano de Actividades para 2010 prevê um aumento significativo de receitas de estacionamento tarifado, em grande medida devido à abertura de novos parques de estacionamento cobertos. A confirmar-se esta previsão trata-se de um facto positivo.

Contudo, consideramos incorrecta a insistência da ECALMA na cobrança de coimas, nos bloqueios e remoções de veículos. Para 2010, a ECALMA até prevê aumentar as suas receitas nesta área de intervenção, não tanto à custa do valor da multa, mas sobretudo à custa do valor das taxas cobradas pelos bloqueamentos e remoções de veículos.

Os cartões de residentes são um ponto em que o Plano de Actividades para 2010 é omissivo e que urge resolver. Um bom exemplo são os parques de estacionamento na Costa de Caparica, junto ao novo posto da GNR, onde os moradores há muito que reclamam o direito a estes cartões. É que, se no Verão, um morador desta zona não encontrar um lugar livre nas ruas que circundam estes parques e estacionar na área de parquímetros, pura e simplesmente é multado.

Há que mudar a linha de actuação da ECALMA. Pretendemos diminuir o número das autuações e aumentar a utilização dos espaços tarifados. Uma boa gestão destes espaços, poderá contribuir para melhorar substancialmente a mobilidade dos almadenses e daqueles que nos visitam.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de Setembro de 2010, delibera:

- Exigir da ECALMA regras claras na atribuição nos cartões de acesso de zonas de residentes.
- Recomendar a alteração do modo de actuação dos fiscais da ECALMA, que deve ser mais educativo e persuasivo, em detrimento da 'caça à multa' que se verifica.
- Reclamar com carácter de urgência, que se proceda à revisão dos Regulamentos Específicos de Estacionamento que estão em vigor, de modo a transformar os lugares destinados em exclusivo a residentes, em lugares de estacionamento misto, que permita a utilização de lugares por não residentes, quando os residentes deles não necessitam.
- Propor a criação de um grupo de trabalho no âmbito da Assembleia Municipal, com a participação de todas as forças políticas representadas na Assembleia, dirigido pelo Presidente da Assembleia Municipal, para debater e apresentar propostas de alteração aos actuais Regulamentos Específicos de Estacionamento da ECALMA."

6.4.6 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

Por um MST com Futuro

O Metro Sul do Tejo passou, de facto, a fazer parte das nossas vidas e é um assunto que não pode deixar de ser debatido. Foi por isso que esta Assembleia Municipal em Fevereiro do corrente ano se debruçou sobre o tema. Na altura tal como hoje é preciso encarar de frente a temática MST.

O MST é um meio de transporte recente e ainda não existe um convívio pacífico do mesmo com a população. Dizem os especialistas que é preciso tempo e algumas campanhas de sensibilização para que o MST deixe de ser considerado como um intruso nos nossos hábitos do dia-a-dia.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em Fevereiro, constatou esta Assembleia Municipal que o grupo de trabalho que a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (AMTL) coordena iria “ apresentar à tutela medidas para aumentar a segurança do Metro Sul do Tejo”. As medidas anunciadas passariam por uma campanha de informação, promovida pela empresa concessionária do MST em articulação com as Câmaras de Almada e Seixal. Esta acção passaria por um reforço da sinalização horizontal e vertical e até previa medidas ao nível da introdução de barreiras físicas onde se julgasse indispensável.

Em Fevereiro saudámos o anúncio de tais medidas.

Facto é que de lá até agora, já houve tempo para se registar outro acidente mortal com o MST.

Estamos em Setembro e eis que de novo o MST é notícia por muito más razões: o Sr. Secretário de Estado dos Transportes lembra que estão a ser pagas fortunas para compensar o concessionário, para o Sr. Secretário de Estado “é essencial que os operadores de Transportes da Margem Sul do Tejo cheguem a um entendimento que permita criar um sistema integrado de transportes, atraindo assim mais passageiros para o MST”. Cabe a pergunta: não deviam já ter chegado a esse entendimento ou mesmo aquando do lançamento do MST isto não devia já estar acautelado? Agora diz-se que o MST já devia estar a transportar 88 milhões de passageiros; mas sem o entendimento entre os operadores, sem o sistema integrado de transportes e sem tomar medidas efectivas para integrar o metro no passe intermodal, seria expectável atingir este número de passageiros?

O Sr. Secretário de Estado Dr. Carlos Correia da Fonseca refere que “o poder local e os cidadãos adoram reivindicar metros e comboios” mas na prática “não os utilizam, porque não se predispõem a mudar de atitude”. E o facto de o MST estar a transportar apenas cerca de 25% dos passageiros que era previsto, pode comprometer, pelo menos para já, a chegada do MST a mais dois municípios (Barreiro e Moita), tendo “em conta que o panorama actual não justifica o enorme investimento que foi feito para construir este transporte público”.

Estas declarações são preocupantes, uma vez que o projecto do MST na sua génese previa a inclusão de 4 concelhos e não apenas dois, e parece-nos que a mobilidade inter-concelhia é urgente como factor de desenvolvimento. Não podemos permitir que o Barreiro e a Moita fiquem preteridos em consequência da utilização do MST estar abaixo do previsto.

A implementação do MST teve como desígnio melhorar as condições de mobilidade da população através de um meio de transporte acessível, rápido, eficaz e amigo do ambiente, unindo entre si os concelhos de Almada, Seixal, Barreiro e Moita.

Acreditamos que na medida em que o MST for aumentando a oferta de percursos aumentará ao mesmo tempo o nº de passageiros.

É também por isso que, em Almada, defendemos a extensão do MST à Costa da Caparica e à Trafaria. Também nos interrogamos que em Fevereiro se tenha afirmado que as medidas a tomar para reforçar a segurança do MST, seriam promovidas pela empresa concessionária do MST em articulação com as Câmaras de Almada e Seixal. Agora, quando se fala de novo em campanha de sensibilização, o Sr.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Presidente da concessionária Metro Transportes Sul, refere que “compete às Câmaras delimitar fisicamente e diferenciar o espaço canal”.

Ficamos sem perceber quem de facto é responsável por melhorar as condições de segurança do MST. É a empresa concessionária? É a empresa concessionária em articulação com as Câmaras de Almada e do Seixal? São apenas as Câmaras?

Periodicamente o MST, vai dando origem a declarações para os jornais, mas no terreno a situação mantém-se.

Infelizmente, desde a entrada em funcionamento do MST, já ocorreram três acidentes mortais.

Quem conhece o dia-a-dia, sabe que se verificam vários episódios com peões e pequenos sinistros com viaturas, que podem ser evitados conforme todos assim o desejamos.

Também não podemos ignorar o descontentamento latente em relação ao ruído que as carruagens produzem em alguns locais.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada reunida na sessão ordinária realizada em 28 de Setembro de 2010 delibera:

Recomendar celeridade (tendo como objectivo o final do corrente ano) às entidades competentes, nomeadamente à empresa concessionária Metro Transportes Sul, no desenvolvimento do plano anunciado, não só em acções de marketing, mas em medidas efectivas, como a criação de barreiras físicas e reforço da sinalização e redução do ruído.

Reclamar o entendimento entre os operadores de transportes da margem sul do Tejo, para que se crie um sistema integrado de transportes, como forma de atrair mais passageiros para o MST.

Reclamar a inclusão do MST no passe intermodal.

Exortar para que se passe rapidamente à segunda e terceira fase, que levará o MST aos concelhos do Barreiro e da Moita, e das freguesias da Costa da Caparica e Trafaria.

6.4.7 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção

Orçamento Participativo: um passo para aprofundar a Democracia Participativa em Almada

1. Considerando que a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 2º, prevê o aprofundamento da democracia participativa como desígnio do Estado de Direito Democrático;
2. Tendo em conta as recomendações formuladas na Agenda 21 Local, saídas da Conferência de Rio de Janeiro de 1992, que visam promover a participação dos cidadãos na elaboração e concretização de estratégias locais para a sustentabilidade, num espírito de planeamento conjunto entre cidadãos e poder local;
3. Admitindo a participação dos cidadãos na gestão pública como agente dinamizador de contributos, em prol de uma maior eficácia da gestão dos recursos, maior transparência, visibilidade e proximidade do acto governativo, assim como um maior ajustamento do investimento público às necessidades dos cidadãos;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

4. Sabendo que o Orçamento Municipal, as Opções do Plano e o Plano Plurianual de Investimentos são os instrumentos de planeamento municipal que melhor definem as prioridades políticas para o ano, e a respectiva afectação de recursos;
5. Considerando que um processo de participação cidadã pode assumir formas diversas, como sejam através da elaboração de resumos das opções, das prioridades e investimentos para o ano seguinte, e das principais orientações do Plano e Orçamento, com a sua divulgação na internet, em folhetos explicativos e na realização de um conjunto de reuniões públicas descentralizadas tendo como alvo a população em geral.
6. Assumindo o orçamento participativo como um instrumento de participação activa dos cidadãos, concedendo-lhes um efectivo poder de decisão, que vai para além dos importantes, mas redutores, mecanismos de prestação de informação ou de consulta de opções pré-determinadas ou de projectos finais, como sejam os Fóruns de Participação e os períodos de consulta pública;
7. Reconhecendo que um processo de Orçamento Participativo contribuirá decisivamente para reaproximar as pessoas da política, promovendo uma cidadania activa e responsável, incentivando o diálogo entre eleitos, eleitores e técnicos, fomentando a prestação de contas dos eleitos, a responsabilização de todos os actores na gestão da coisa pública e a melhoria da qualidade da democracia;
8. Considerando que qualquer processo de Orçamento Participativo deve ser constituído por um ciclo de participação com várias etapas e funções, que devem ser definidas num Regulamento a elaborar com a participação alargada de todos os órgãos eleitos (Câmara, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia).

A Assembleia Municipal de Almada, na sua sessão ordinária de 28 de Setembro de 2010, delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal que as propostas das Opções do Plano, do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento para 2011 sejam divulgadas e submetidas à consideração dos municípios e das diversas entidades com presença no município, antes de submetidas a votação nos órgãos municipais competentes, contribuindo assim para o aprofundamento da democracia participativa no nosso concelho.
2. Recomendar à Câmara Municipal que consagre, nas Opções do Plano para 2011, a elaboração de um Regulamento para a implementação de um mecanismo de Orçamento Participativo no concelho de Almada, que deverá ser definido com a participação desta Assembleia Municipal e das Assembleias de Freguesia, e estar concluído até final do 1º trimestre de 2011, de modo a ter efeitos práticos na preparação e elaboração do Plano e Orçamento para 2012.
3. Criar uma Comissão Eventual desta Assembleia Municipal, no sentido de contribuir para a elaboração do Regulamento acima referido."

6.4.8 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### Moção/Deliberação

(Sobre o Hospital Garcia de Orta e Hospital no Seixal)

A sobrelotação do HGO, designadamente do serviço de urgência, apesar das recentes obras aí verificadas, continua a provocar fortes constrangimentos no atendimento dos utentes, seja nas muitas horas de espera a que estão sujeitos, seja nas condições de trabalho dos profissionais de saúde, potenciando o erro.

Muitos dos utentes que acorrem ao serviço de urgência do HGO, cerca de metade, segundo um dos responsáveis da administração do hospital, poderiam, se os cuidados primários de saúde funcionassem, ser observados pelo médico de família e dessa forma diminuir o número de utentes que se deslocam ao serviço de urgência.

O crescimento populacional dos concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra, as alterações nos horários de funcionamento de sap's e centros de saúde e até o encerramento de alguns equipamentos, os muitos milhares de utentes sem médico de família, faz com que o HGO tenha de dar resposta a quase o triplo da população para que foi estimado e construído.

É assumido por todos, utentes, profissionais de saúde e até administradores, que as recentes obras e intervenções no serviço de urgência, que saudamos, não pôs fim ao caos vivido naquele serviço do HGO.

É preocupante, e até contraditório com quem diz preocupar-se com a defesa do SNS, que se mantenha a falta de médicos, enfermeiros e outros profissionais, que aumentem as listas de espera para cirurgias e consultas de especialidades, que aumentem o número de utentes sem médicos de família.

É neste contexto que a construção do hospital no Seixal se torna inadiável.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 28 de Setembro de 2010 decide:

Reclamar do Governo as soluções adequadas para a satisfação das necessidades dos utentes no âmbito dos cuidados primários de saúde.

Insistir junto do Governo pela urgente concretização da construção do hospital no Seixal, com todas as valências e serviços adequadas às necessidades das populações."

#### 6.4.9 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

#### Moção/Deliberação

Integração do passe social intermodal sem custos adicionais para os utentes

O ano de 2010 está a terminar e o Governo continua sem pôr termo à injusta situação dos utentes da margem sul, designadamente do concelho de Almada que, tendo um título de transporte, por exemplo, o L123, pode utilizar, dentro da respectiva coroa, qualquer meio de transporte na margem norte, mas em Almada para usufruir do Metro Sul do Tejo tem de pagar uma taxa adicional. No caso da Fertagus a penalização dos utentes ainda é maior.

Com efeito, apesar dos vários anúncios feitos na comunicação social que no fim do primeiro semestre



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

deste ano estes operadores de transporte público estariam integrados no sistema do passe social intermodal, tudo está na mesma e não se vislumbra para quando a decisão.

É urgente acabar com esta discriminação negativa para as populações da margem sul.

Acresce que, estando o número de passageiros/dia muito aquém do estimado no contrato de concessão firmado com a Concessionária, “ o Governo tem de indemnizá-la pela diferença entre os 85mil/dia do contrato e os 23 ou 25%/dia efectivamente transportados”. (declarações recentes do Sr. Secretário de Estado)

Por outro lado, a inclusão destes operadores no passe social intermodal sem custos adicionais para os utentes, a melhoria da oferta e a sua articulação, são factores imprescindíveis para a atractividade para os transportes públicos e a diminuição da utilização do transporte individual com todos os custos energéticos e ambientais associados.

Assim e no seguimento de deliberações já tomadas, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de Setembro de 2010, decide reclamar do Governo:

- que encontre, com carácter de urgência, as soluções adequadas para a integração do passe social intermodal sem custos adicionais para os utentes da margem sul."

6.4.10 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

Transporte inclusivo em Pêra

Almada participou na Semana Europeia da Mobilidade 2010 com um vasto, diversificado e interessante programa, com o lema “ viaje bem, viva melhor”.

De todas as iniciativas realizadas, pelas imediatas e positivas medidas que daí resultam para as populações, destacamos a apresentação do mini-autocarro de mobilidade inclusiva que vai servir as freguesias da Trafaria e Caparica.

De há muito que, principalmente a população de Pêra, se exigia dos TST, operador de transporte público de passageiros, a quem cabe de facto garantir a mobilidade das populações, a criação de carreiras que permitissem as deslocações dos utentes, sem que até hoje tivesse resolvido essa lacuna.-

Por isso consideramos de grande relevância o protocolo assinado entre a C.M.A. e a APPACDM para a entrada em funcionamento de mais uma medida social, neste caso, a entrada em funcionamento do mini autocarro como contribuição para a melhoria da mobilidade.

Tal como noutras vertentes também aqui a C.M.A. cumpriu com a palavra dada.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida no dia 28 Setembro de 2010 congratula-se, com esta decisão do Executivo Camarário saudando-o."

6.4.11 - O Sr. Deputado Municipal Hélder Viegas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

Arsenal do Alfeite



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Fez no dia 1 de Setembro um ano que o Arsenal do Alfeite foi transformado, por decisão governamental, em Arsenal do Alfeite, Sociedade Anónima. Mais do que uma simples mudança de nome, tratou-se de uma completa transformação na natureza e na gestão desta histórica e importante empresa do nosso concelho.

A mudança de estatuto do Arsenal do Alfeite, combatida até ao fim pelos seus trabalhadores e órgãos representativos e pelo poder local democrático, não trouxe as «vantagens» prometidas pelos seus promotores: hoje, um ano depois, é já claro que a empresa não fez investimentos na sua modernização, não pôde concorrer mais facilmente ao mercado nem encetou parcerias tecnológicas, nem tão-pouco criou melhores condições de trabalho para os arsenalistas.

A realidade que se vive no estaleiro é hoje bem diferente das belas palavras com que «embrulharam» a criação do Arsenal do Alfeite, Sociedade Anónima: não há trabalho; muitos operários qualificados ali formados foram forçados a abandonar a empresa; no tal «mercado» onde era suposto o Arsenal concorrer já nem os navios da Armada lá estão; as parcerias são feitas com os barcos da Transtejo e os investimentos em novos equipamentos informáticos e viaturas modernas para a administração.

Ou seja, está hoje claro o que os arsenalistas há muito previam: a mudança de estatuto do Arsenal do Alfeite era uma medida prejudicial à empresa e aos seus trabalhadores, mas também à própria economia nacional. Um país que não produz será sempre e cada vez mais um país dependente e periférico e a destruição do Arsenal do Alfeite é mais um profundo golpe no já fragilizado aparelho produtivo do concelho de Almada e da Península de Setúbal.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 28 de Setembro de 2010 decide:

- solidarizar-se com os trabalhadores do Arsenal do Alfeite na sua luta em defesa dos postos de trabalho e do trabalho com direitos;
- reafirmar a defesa de um Arsenal do Alfeite público, ao serviço do País, da Marinha e dos seus trabalhadores;
- expressar ao Governo o mais profundo descontentamento pela situação que actualmente se vive no estaleiro, exigindo que sejam tomadas medidas para devolver ao Arsenal do Alfeite as condições que necessita para continuar a ser uma importante empresa produtiva."

6.4.12 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

Contra a Liberalização do horário do comércio ao Domingo

O Conselho de Ministros, reunido a 22 de Julho passado na Presidência do Conselho de Ministros, anunciou a aprovação de um Decreto-Lei que «modifica o regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais», procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio, e revogando a Portaria n.º 153/96, de 15 de Maio.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A decisão do Governo representa de facto a liberalização total do comércio e retoma uma antiga proposta defendida pelo PSD na Assembleia da República. Com esta medida, acabam as já poucas restrições que a Lei prevê para as superfícies comerciais com mais de 2000 metros quadrados nas tardes de domingos e feriados.

Esta orientação do Governo, a concretizar-se, permitirá o funcionamento das grandes superfícies entre as 6 e as 24 horas. Num quadro de generalizada precariedade e de baixos salários de dezenas de milhares de trabalhadores do sector, há razões para uma legítima preocupação sobre a possibilidade de mais um passo na progressiva eliminação do direito ao descanso, um novo factor de desregulamentação da vida e de agravamento da exploração.

Esta decisão constitui mais um rude golpe na situação de profunda crise em que se encontra o comércio tradicional e será um novo factor que contribuirá para a ruína de muitos micro, pequenos e médios comerciantes. Registe-se ainda que tal aprovação foi concretizada nas vésperas do encerramento da Assembleia da República depois do adiamento de uma decisão sobre esta matéria, invocando a necessidade de novos estudos e avaliações.

Um pouco por toda a Europa, incluindo Espanha, o encerramento obrigatório ao domingo é a regra e a liberalização é a excepção. O Governo invoca "as necessidades das famílias" para esta medida, mas essa preocupação invocada pelo Governo é contraditória com as condições cada vez mais duras em que os serviços da administração pública central se confrontam com a diminuição da capacidade ou mesmo o encerramento.

Neste sentido, perante o quadro económico e social que atinge o comércio tradicional, o que seria justo e necessário considerar seria, não a liberalização mas inclusive o impedimento da abertura do comércio durante os dias de descanso: domingos e feriados.

Assim, tendo em consideração o acima exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária em 28 de Setembro de 2010, delibera:

Solidarizar-se com os trabalhadores do comércio e com os micro e pequenos empresários do comércio local.

Manifestar a sua frontal discordância face à perspectiva da liberalização do horário do comércio, designadamente em relação aos domingos e feriados.

Apelar ao Governo e ao Presidente da República para que seja evitada a concretização desta gravosa medida."

6.4.13 - O Sr. Deputado Municipal Almeida Lima (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção

Terminal Rodoviário

Tendo em conta a recente comemoração da semana europeia da mobilidade e o objectivo que ela consagra, que é a discussão e a concretização de soluções para uma melhor vivência do espaço urbano para a circulação de veículos e cidadãos, é fundamental que existam hoje soluções nos



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

municípios que favoreçam os meios de transportes públicos que devem estar interligados e enquadrados entre si.

Assim, considerando que Almada não tem a nível urbanístico um espaço identificado para uma moderna e segura central de transportes rodoviários;

E tendo também em consideração que a actual solução na Rua Conceição Sameiro Antunes se tem demonstrado incapaz de responder às necessidades do tráfego rodoviário, à segurança dos utentes e à vivência dos cidadãos daquela artéria, a Assembleia Municipal de Almada reunida no dia 28 de Setembro de 2010 delibera:

- Que a Câmara Municipal, no mais curto espaço de tempo, identifique um novo local onde funcionará o Terminal Rodoviária, local esse que reúna todos os requisitos de funcionalidade e segurança."

#### Moção/Deliberação

Interface rodoviário Centro Sul - Rua Conceição Sameiro Antunes

Tendo em consideração os objectivos da Semana Europeia da Mobilidade assente na melhoria da qualidade de vida, da vivência do espaço urbano designadamente pelo incremento do transporte público na promoção do direito à mobilidade dos cidadãos.

Considerando as opções do Município para a Mobilidade Urbana, Acessibilidades e Espaço Público suportado num sistema de transportes multimodal interligado proporcionando a acessibilidade às oportunidades de emprego e às múltiplas funções do território e garantindo padrões de mobilidade quotidiana mais eficientes e sustentáveis.

Considerando que a solução encontrada para o interface rodoviário, táxis e MST do Centro Sul embora tenha melhorado a articulação entre esses modos de transporte, assim como a segurança na circulação de peões e de veículos, também vem provocando incómodos nos residentes da Rua Conceição Sameiro Antunes devido aos fumos dos escapes e barulhos dos motores dos autocarros, em particular dos "expresso".

Considerando que a construção de um Terminal Rodoviário "reunindo todos os requisitos de funcionalidade e segurança", por ser uma obra muito complexa, adia significativamente a solução.

Considerando a posição da Câmara Municipal assumida pela sua Presidente a residentes da Rua Conceição Sameiro Antunes, de que o processo não está encerrado e que estão a ser consideradas alternativas que atendam o mais breve possível as queixas dos residentes.

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada reunida no dia 28 de Setembro de 2010, delibera apoiar e incentivar a Câmara Municipal no encontrar as soluções mais adequadas à promoção do transporte público, articulando com o IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, AMT - Autoridade Metropolitana de Transportes e Operadores e que contemple as reivindicações dos residentes."

6.4.14 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Recomenda à Câmara Municipal a inclusão nas Grandes Opções e Orçamento para 2011 de um conjunto de investimentos na área da Educação

Mais um ano passou continuando o Concelho de Almada na cauda da Área Metropolitana de Lisboa no que diz respeito a equipamentos educativos do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar;

Mais um ano passou sem que nada fosse feito para diminuir o défice de mais de 60 salas do 1º ciclo que envergonha o Concelho de Almada;

Mais um ano passou em que a taxa de pré-escolarização do Concelho de Almada ficou não só muito atrás da média nacional, como até da Área Metropolitana de Lisboa, isto quando o esforço nacional de construção destes equipamentos permitiu que a taxa de pré-escolarização nacional seja superior à média europeia;

Mais um ano passou em que muitas famílias do Concelho de Almada, nomeadamente na Charneca e no Laranjeiro/Feijó, tiveram dificuldade em colocar os seus filhos em escolas adequadas à sua residência ou local de trabalho;

Mais um ano passou em muito poucas das crianças de 3 e 4 anos tiveram lugar nos Jardins-de-infância da rede pública, de responsabilidade autárquica;

Dia 5 de Outubro será o centenário da implantação da República em Portugal, por todo o país 100 escolas serão inauguradas, a maioria dessas escolas são escolas de 1º ciclo construídas pelas Câmaras Municipais. Em Almada será inaugurada apenas uma escola, a requalificada Escola Secundária Emídio Navarro integrada no programa de requalificação das Escolas do Ensino Secundário em que estão integradas a maioria das Escolas Secundárias do Concelho de Almada;

O PS tem vindo a defender de forma muito clara que é imperativo que ao longo deste mandato se construam as salas de aula em falta no Concelho.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada a inclusão nas Grandes Opções e Plano de 2011 as seguintes medidas/acções:

1. A inscrição no plano de actividades e orçamento de 2011 da construção de, pelo menos, duas escolas básicas com jardim-de-infância. Estas escolas devem ter, no mínimo, dezasseis salas no Feijó e doze salas na Charneca, para poder dar resposta mínima às prementes necessidades da população em salas de 1º ciclo;
2. Que se inicie desde já a planificação da forma de dar melhor resposta à necessidade de construção de salas de aula noutras freguesias, quer seja pela ampliação das escolas existentes, quer pela construção de novas escolas."

6.4.15 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção

Recomenda à Câmara Municipal a inclusão nas Grandes Opções e Orçamento para 2011 de um conjunto de investimentos na Costa da Caparica.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Passou mais um ano de mandato de gestão CDU e há questões que continuam sem resposta.

A Costa da Caparica é, reconhecidamente, uma das grandes mais-valias do Concelho de Almada e, também reconhecidamente, das que mais está subaproveitada.

Passou mais um ano e foi notória, mais uma vez, a ausência de qualquer estratégia do município para responder às inúmeras questões colocadas, quer pela Assembleia de Freguesia da Costa de Caparica, quer pelas populações.

Valorizar a Costa da Caparica constitui um dos eixos centrais de dinamização do Concelho de Almada. Para tanto, é fundamental assentar na ideia de que é preciso ter «Costa Todo o Ano», ou seja, não ter uma visão redutora desta Cidade, apenas e só em função da época balnear.

Apesar do Programa Polis ter vindo dar uma nova esperança para este Território, a verdade é que mais de um ano passado da sua inauguração fica muito claro que não existiu qualquer preparação por parte do Município para a fase de manutenção e dinamização dos novos espaços, de que é exemplo lapidar o Jardim Urbano.

É assim fundamental adoptar medidas que dinamizem a Costa da Caparica, tornando-a uma efectiva prioridade da acção do Município.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada a inclusão nas Grandes Opções e Plano de 2011 as seguintes medidas/acções:

1. A realização, em 2011, de um Festival de Verão na Costa da Caparica.
2. O Festival de Teatro de Almada deverá, obrigatoriamente, ter programação na Costa da Caparica a partir de 2011.
3. A Câmara Municipal deverá, em conjunto com os concessionários, equacionar os mecanismos que permitam a vigilância das praias ao longo de todo o ano."

6.4.16 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

Aos SMAS de Almada pelos resultados obtidos no Índice Nacional de Satisfação do Cliente.

No Ano Internacional da Biodiversidade, a dias do Dia Nacional da Água (1 de Outubro) e após a declaração das Nações Unidas reconhecendo o direito à água e ao saneamento como direito humano fundamental, a abordagem da água de consumo humano adquire especial relevância e actualidade.

A água é um bem escasso indispensável à vida e ao equilíbrio do Planeta. A garantia de uma gestão eficiente e ambientalmente sustentável ganha, também por isso, uma particular relevância na actualidade local, nacional e internacional.

A água é vista por muitos como mais uma área de negócio devendo ser gerida, segundo estes, para dar lucro aos "accionistas" e o seu "preço" deverá evidenciar ser um bem escasso e, em consequência, pago a preço "real".

Não é essa a nossa visão, nem a nossa realidade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Almada, através dos seus serviços municipalizados, assegura a gestão pública da água, com reconhecidos méritos, e aplica uma política social que garante a todos o acesso a este bem que queremos sempre público e reconhecido como direito humano fundamental. Os SMAS de Almada, a poucos meses do 60º Aniversário, prestam um serviço público de referência em matéria de água e saneamento. Gerindo todo o ciclo urbano da água e detentores de elevada capacidade técnica e humana, os SMAS garantem aos almadenses uma água de excelência e prestam um serviço público de elevada qualidade, a que acresce uma acção ambientalmente sustentável.

É neste contexto que se integram os recentes resultados do European Customer Satisfaction Index – ECSI Portugal 2009, estudo que avalia a satisfação do cliente em áreas tão diversas como nas telecomunicações, transportes, banca, seguros e no sector da água, entre outras.

Os SMAS de Almada recebem um lugar de destaque nos resultados globais deste importante estudo superiormente assegurado pelo Instituto Português de Qualidade, pela Associação Portuguesa para a Qualidade, pelo Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa e tendo como parceiro, no sector da água, a Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA).

No ECSI 2009, cujos resultados finais foram recentemente divulgados, os SMAS de Almada são classificados, quanto aos resultados globais de satisfação dos seus clientes, em primeiro lugar nos serviços municipalizados e na terceira posição entre todas as entidades gestoras estudadas do sector das águas, (públicas, municipais, multimunicipais e privadas) facto que ganha especial relevância, no contexto actual de ataque ao sector público e em especial de ofensiva contra o modelo municipalizado de gestão deste bem público.

Acresce que, este reconhecimento é baseado na opinião expressa dos munícipes de Almada enquanto utentes deste serviço público e sustentado numa metodologia técnica que avalia quarenta e cinco áreas de relação entre o serviço e o cidadão utente.

A presente distinção confirma a justeza das opções municipais em defesa da água pública e do serviço público municipalizado, relevando a capacidade técnica e humana dos SMAS e consequentemente prestigia o Município de Almada.

Nestes termos, Assembleia Municipal reunida em sessão Ordinária em 28 de Setembro de 2010, saúda os SMAS de Almada pelo trabalho desenvolvido."

6.4.17 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

A Educação e a abertura do Ano Lectivo

Muitos são os motivos de preocupação no início deste ano lectivo, por muito que a propaganda oficial tente desmenti-lo.

A progressiva perda de concretização estratégica da relevância da educação como direito constitucional de todos os cidadãos e como alavanca essencial ao desenvolvimento do país é consequência, por um



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

lado, de uma miopia economicista de conjuntura e, por outro lado, de deliberado desinvestimento na escola pública e quotidiana desresponsabilização do Estado e mercantilização da educação e do ensino, que outros querem, desde sempre e para já, constitucionalizar.

“Cortar” e “encerrar” são palavras-chave que definem a actual política do Ministério da Educação, permanecendo e agravando-se as consequências de instabilidade na organização e condições de trabalho e funcionamento das escolas, os factores de injustiça no acesso à educação de jovens provenientes de meios com menor poder económico, a precariedade e o desemprego de professores e outros trabalhadores da educação.

O encerramento compulsivo de centenas de escolas e a concentração de 86 mega-agrupamentos, decididos na pressa do virar das férias, sem respeito pelas cartas educativas localmente definidas e homologadas pelo Governo, ocorreu sem respeito por encarregados de educação, professores, autarquias e interesses legítimos das comunidades locais.

Mais graves do que os processos são as consequências. É falso que tenham sido encerradas apenas escolas com a frequência (mágica!) de menos de 21 alunos e com piores condições do que as futuras escolas de acolhimento.

Sem dialogar com as comunidades locais, sem respeitar a lei, decisões do Tribunal e da Assembleia da República, estas medidas repentistas, administrativas e autoritárias não geram uma racionalidade de custos, mas mais um desinvestimento na escola pública; não promovem oportunidades e solidariedades educacionais, antes aceleram desenraizamentos, desertificações e assimetrias sociais e regionais; não racionalizam recursos humanos, antes prescindem de meios necessários ao processo educativo e agravam pela precariedade e desemprego a situação social; não melhoram a qualidade do ensino e do sucesso real, mas criam dificuldades acrescidas às crianças e aos jovens vítimas destas situações.

A concentração de mega-agrupamentos, ao arrepio dos ensinamentos da experiência e das práticas em sistemas educativos mais avançados do que o nosso, é uma aberração pedagógica, quer pelas disfuncionalidades imediatas que introduzem no sistema em cima do início do ano lectivo, quer pelo progressivo afastamento das comunidades educativas dos processos participativos e construtivos da relação ensino-aprendizagem, quer ainda pela correlacionada diminuição drástica dos tempos imprescindíveis à produção da qualidade pedagógica, ao sucesso educativo real (e não fabricado) e ao clima relacional e à disciplina nas escolas.

A situação cada vez mais deteriorada dos apoios da acção social escolar acentua drasticamente a discriminação no acesso e sucesso educativos.

No quadro da profunda crise económica e social que afecta vastas camadas da população portuguesa, agrava-se significativamente a situação da acção social escolar, comprometendo a garantia de acesso à educação, quer pelos critérios de atribuição que excluem cada vez mais jovens estudantes, quer pelo fosso que se aprofunda entre custos reais e apoios concedidos.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Enquanto aos editores foi permitido aumentar preços acima da inflação, os “aumentos” dos apoios cifram-se entre dez cêntimos e 1,60€. A medida eleitoralista de 2009 da prestação adicional de abono de família em Setembro para compensar encargos escolares foi revogada.

As bolsas no ensino superior sofrem cortes, também por alteração de critérios, enquanto aumentam propinas, a par do subfinanciamento crónico das instituições.

Relativamente ao corpo docente persistem sérias preocupações, pela instabilidade gerada pelo concurso de colocações, pela precariedade e desemprego gerados contra as necessidades do próprio sistema, um modelo de avaliação que permanece mais preocupado em inviabilizar progressões de carreira do que em avaliar seriamente desempenhos e pelas condições de trabalho, nomeadamente ao nível dos horários, lesivas das actividades essenciais a desenvolver com os alunos. A manutenção e aumento do número de alunos por turma, sem respeito sequer pelos que têm necessidades educativas especiais, e a progressiva diluição da participação competente e construtiva nas diversas instâncias da decisão contribuem objectivamente para o empobrecimento do trabalho pedagógico nas escolas.

A carência de técnicos de acção educativa é generalizada e gritante, fortemente lesiva do funcionamento das escolas e das actividades de apoio e constitui exemplo claro dos efeitos que a política de cortes cegos nos recursos humanos provoca na perda de qualidade do funcionamento e serviços prestados pelos estabelecimentos públicos de ensino.

Em Almada, prossegue a intervenção específica de âmbito municipal, no contexto das dificuldades que afectam o país e as autarquias.

No que respeita à ampliação do parque escolar, prosseguindo o percurso intensivo dos últimos anos e visando atingir o objectivo de garantir a escola a tempo inteiro e a diminuição de regimes duplos, há a referir a conclusão em Janeiro próximo de mais quatro salas de aula na Escola Básica da Aroeira e o projecto da escola básica do 1º ciclo, também na Charneca. A nível do pré-escolar, encontram-se em fase de acabamento mais quatro jardins-de-infância (Cacilhas, Barrocas, Laranjeiro e Feijó). Verifica-se assim o integral e rigoroso cumprimento dos objectivos impressos na carta educativa, atingidos antes do limite do respectivo prazo.

Encontrando-se a intervir ao nível do parque escolar do secundário, concretamente pelas obras de renovação da Escola Secundária Emídio Navarro, o Ministério da Educação tem-se mantido alheado da disponibilidade da Câmara de Almada para ajudar a resolver a necessária e urgente construção do pavilhão gimno-desportivo da Secundária Francisco Simões.

As actividades de enriquecimento curricular encontram-se universalmente garantidas, com a natural cooperação das associações de pais. Os complementos de apoio garantem o prolongamento do tempo escolar e o apoio alimentar regista cumprimento universal. Pela falta de pessoal não docente nas escolas, para garantir pleno funcionamento dos refeitórios escolares, a Câmara Municipal gasta cem mil euros/ano para garantir o acompanhamento das crianças durante as refeições, nas escolas do primeiro ciclo.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Persistem e agravam-se as insuficiências na capacidade de resposta às crianças com necessidades educativas especiais, em consequência da redução de recursos humanos, ao fim das equipas de ensino especial, substituída pela contratação de técnicos por entidades especializadas.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de Setembro de 2010:

1. Manifesta profundas preocupações quanto ao estado da educação em Portugal e reafirma, uma vez mais, a necessidade de garantir a qualidade da escola pública, exigindo que o Estado cumpra o seu papel, assumindo como tarefa central e urgente o reforço do investimento no sistema público de ensino e a adopção de medidas de política educativa que garantam os direitos de acesso e sucesso dos cidadãos e se afirme como recurso estratégico essencial para o desenvolvimento do País.
2. Reconhece e congratula-se com todas as medidas que, ao nível do Concelho têm vindo a ser tomadas com os objectivos de garantir melhor qualidade no funcionamento e prestação de serviços educativos no concelho e viabilizar o acesso e sucesso educativos a todos os jovens, em particular aos economicamente discriminados e saúda professores, trabalhadores não-docentes da educação, pais e encarregados de educação e autarcas que se têm empenhado nestas tarefas."

6.4.18 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

Construção do Pavilhão Gimno-Desportivo na Escola Secundária Francisco Simões

A Escola Secundária Francisco Simões, onde é leccionado um curso tecnológico de desporto, a par do estado de degradação das suas estruturas, não possui um pavilhão gimno-desportivo.

Esta situação é considerada pela Câmara Municipal de Almada "paradoxal, singular e invulgar", propondo-se a autarquia, intervindo uma vez mais em área que não é de sua estrita responsabilidade, avançar com o projecto e construção do pavilhão, mediante condições a acordar em protocolo com o Ministério da Educação.

Apesar de estar a intervir no parque escolar do concelho e ter programada a continuidade dessa intervenção, esta situação não se encontra contemplada, nem se digna o Ministério da Educação responder a esta disponibilidade da Câmara Municipal de Almada no sentido de resolver este problema o que é, obviamente, incompreensível e inaceitável.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de Setembro de 2010, delibera:

Manifestar a sua preocupação pela não construção do pavilhão gimno-desportivo da Escola Secundária Francisco Simões e o seu repúdio pelo alheamento do Ministério da Educação relativamente a esta questão.

Exigir ao Ministério da Educação que assuma as responsabilidades que lhe cabem na garantia de uma escola pública de qualidade, que deixe de ser parte do problema e passe a ser parte da solução, aceitando negociar com a Câmara Municipal de Almada a concretização célere desta obra necessária."

6.4.19 - O Sr. Deputado Municipal Almeida Lima (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Eu queria fazer aqui um comentário relativamente à Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda "por um MST com futuro". O texto tem aqui uma imprecisão quando referem que já devia estar a transportar oitenta e oito milhões de passageiros e não há documento nenhum que diga que era suposto atingir esse número, mas isso é de somenos. O que a nós nos causa mais problemas na votação desta Moção é que relativamente às propostas de deliberação o primeiro ponto "as medidas já estão em curso desde 15 de Setembro. Segundo ponto não temos nada a afirmar, no terceiro ponto reclamar a inclusão do MST no Passe Intermodal; também há nota que a Autoridade Metropolitana de Transportes está a tratar do assunto e já deu um parecer favorável relativamente a este terceiro ponto. Relativamente ao quarto ponto com o qual nós concordamos em absoluto, temos um problema que é o seguinte: é que ainda não foi feito a apreciação do conhecimento de viabilidade económica da primeira fase. Portanto, não tendo sido feito esse trabalho e estarmos a avançar para a segunda e terceira fase é capaz de ser um bocadinho precipitado esse facto.

Não sei se o Bloco de Esquerda quer fazer alguma apreciação sobre estes reparos, mas tal como está nós não podemos votar na integra estes quatro pontos e pedíamos à mesa caso não haja alteração do texto se pode ser votado e se o Bloco de Esquerda concorda que a deliberação seja votada ponto a ponto.

6.4.20 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dar algumas informações sobre o sentido de voto da CDU no que concerne às Moções do Bloco de Esquerda já que a bancada do PSD aceitou o texto alternativo da CDU para as questões do interface da Rua Conceição Sameiro Antunes.

Relativamente à Moção do Bloco de Esquerda sobre o Metro, nós votamos favoravelmente, bem como a Moção contra a xenofobia.

Relativamente à Moção sobre a ECALMA e particularmente sobre o Orçamento Participativo a CDU falou com o Bloco de Esquerda e faz a seguinte proposta: que baixe à Comissão de Lideres sem votação para que em sede de reunião dos lideres, porque nós estamos de acordo com muita coisa que as Moções apresentam, que baixe à Comissão de Lideres para no caso do Orçamento Participativo juntamente com a Câmara e com Técnicos, possa haver uma solução mais adequada e vá mais de encontro aos objectivos fundamentais desta Moção que é a maior participação dos cidadãos na participação das opções.

Relativamente à ECALMA consideramos também que há muita coisa expressa na Moção com que concordamos, ainda assim, também pensamos que não é no âmbito desta Assembleia que os Regulamentos se podem alterar. Estamos disponíveis para que em sede de reunião de lideres se arranje propostas que melhorem e que vão de encontro aos objectivos da melhoria da prestação da ECALMA."

6.4.21 - O Sr. Deputado Municipal Almeida Lima (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Relativamente a esta Moção o Bloco de Esquerda sobre a ECALMA, nós não podemos votar a favor, tendo em vista a nossa posição como é óbvio que é muito clara sobre este assunto e que já foi suficientemente expressa na Sessão anterior. Portanto, relativamente à Moção do Bloco de Esquerda sobre a ECALMA, embora a nossa opinião seja suficientemente conhecida, nós votaremos contra."

6.4.22 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Deputado Dr. Almeida Lima, nós baseamo-nos em notícias do Jornal de Notícias e do Setúbal na Rede para fazer as referências que fizemos sobre o MST.

Ficámos preocupados quando em Fevereiro a Administração da Autoridade Metropolitana dos Transportes vem dizer que toda a campanha era feita em articulação com as Câmaras de Almada e do Seixal, e agora remete para as Câmaras, e nós ficámos preocupados com isso. É em articulação ou são as Câmaras? Parece que isto daqui a bocadinho não é de ninguém e o tempo vai passando e os problemas estão-se a suceder aí no espaço canal. E nós achamos que esta Assembleia Municipal de ve estar atenta para essa questão e depois o Sr. Secretário de Estado dos Transportes vem falar num tom que vai adiar para as calendas a questão do Barreiro e da Moita. Eu acho que pelo facto de Almada já ter o MST não devemos ficar indiferentes a que ele não vá ao Barreiro e à Moita, porque quando nos anos oitenta se aprovou a questão do MST foi o que estava na génese deste empreendimento, eram quatro Concelhos e nós precisamos como do pão para a boca, para o desenvolvimento Interconcelhio que o MST vá a estes quatro Concelhos, e que vá aquelas Freguesias que nós todos aqui temos um consenso que vão à Costa e à Trafaria, é nesse sentido e nós baseamos as nossas posições na Comunicação Social. E o Jornal de Notícias e o Setúbal na Rede e depois podemos dar as datas do Jornal que eu de cabeça não tenho.

Nós queríamos aproveitar para pedir ao CDS se retira o primeiro ponto e o último da Moção aqui apresentada sobre as Terras da Costa, caso não aceitem nós sugerimos que a Moção seja votada alínea por alínea.

Em relação àquilo que a CDU aqui apresenta no que diz respeito à Moção da ECALMA e à Moção do Orçamento Participativo, como nós estamos mesmo a ver qual era o futuro das Moções se não aceitássemos a proposta da CDU, nós aceitamos e vamos para a reunião de representantes debater este assunto."

6.4.23 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu em relação a este pequeno episódio, até estranho que dado o tão bom entendimento que é notório perante toda a população entre o Bloco de Esquerda e a CDU, isto não tenha sido combinado antecipadamente e esteja agora a ser aqui alterado em plena Assembleia Municipal, quando as próprias Moções que aqui são apresentadas prevêm a criação de um grupo de trabalho no âmbito da Assembleia Municipal, para que estas duas Moções, quer a da ECALMA, quer a do Orçamento Participativo, as próprias Moções já prevêm a criação de uma Comissão Eventual e a criação de um



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Grupo de Trabalho. Mas continuo a estranhar de facto que estas conversas não tenham sido feitas anteriormente dado o tão bom entendimento que tem sido feito aqui em Almada entre estes dois Partidos.

Passando adiante, perguntar só uma pequena questão ao Sr. Presidente porque o que diz aqui no nosso Regulamento do Requerimento baixar à Comissão, no seu artigo 62º, é que eu penso que esse Requerimento tem que ser votado, não? Portanto, teremos de votar se estas propostas poderão ou não baixar à Comissão. É isso que será votado e não a Moção em si. Obviamente que são duas Moções com as quais o PS concorda, duas Moções que o PS iria votar a favor, não concordamos que estas Moções dado aquilo que prevêem nelas mesmas baixem à Comissão, mas também a nossa opinião não é importante porque já toda a gente percebeu que para vocês é muito melhor agradar à CDU do que propriamente respeitar tudo aquilo que é a restante Assembleia Municipal a quem foram entregues as Moções e que estávamos nós todos dispostos a votá-las tal e qual elas foram entregues por respeito ao Bloco de Esquerda. Passando à frente e pronunciar-me aqui sobre algumas Moções que foram apresentadas, há aqui algumas até bastante, que a mim me deixaram com alguma estupefaciência de facto e uma delas é a saudação que a CDU pretende que toda a Assembleia Municipal faça ao Executivo Camarário sobre o transporte inclusive em Pêra.

O Partido Socialista não tem por norma fazer este tipo de saudações só por fazer. Este transporte é um transporte e é um problema reivindicado há muito tempo por aquela população, por aquela Freguesia, é uma obrigação por aquela Freguesia porque Pêra está incluído na Freguesia da Trafaria e toda a Freguesia da Trafaria há muito que se bate por esta questão. Este é o nosso entender, não é nosso entender, mas é uma das obrigações que a Câmara Municipal tem no âmbito daquilo que são as suas competências, e aqui o que está a ser feito é vir à Assembleia Municipal uma saudação ao Executivo da Câmara por ter cumprido uma promessa eleitoral que foi fazer a Pêra há um ano atrás e que arranjou aqui uma pequena solução de arranjar uma carrinha que levasse as pessoas à primeira paragem de autocarro que fosse encontrada. A nossa opinião, não vamos tecer grandes considerações em relação a isto, mas a nossa opinião é que aquela, a solução encontrada não é a melhor solução. O PS vê esta solução como uma solução provisória, ele não é um transporte público colectivo, e é engraçado que nesta mesma sessão seja também apresentada uma Moção também pela CDU sobre a Integração do Passe Social Intermodal sem custos adicionais para os utentes o que até me levaria a perguntar à Câmara Municipal de Almada o que é que irá acontecer aos utentes deste transporte em Pêra quando terminar o período de experimentação no fim de Outubro, se é também proposta da Câmara de integrar o custo que irá ser feito a estes utentes nesta mesma integração do Passe Social. Mas é só uma questão, achamos engraçado que, ou achamos alguma piada que sejam assim feitas saudações ao Executivo Camarário, quando nem tão pouco esta solução é a melhor solução para aquela população.-- E depois há aqui outras Moções que também nos deixam bastante perplexos. E uma delas é a questão da liberalização do horário do comércio ao Domingo. Todos nós somos pessoas mais ou menos informadas, todos nós acompanhamos as notícias e eu quando vi esta Moção de facto pensei que na



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

parte deliberativa faltaria alguma coisa, nomeadamente por exemplo um ponto a dizer, recomendar à Câmara Municipal já que a Lei prevê que ela tenha esse poder, que não permita que os hipermercados existentes no Concelho de Almada aumentem horário que actualmente estão a fazer, porque o Decreto-Lei do Conselho de Ministros diz, e passo a ler "com este diploma, ficam harmonizados os horários de funcionamento entre os diferentes estabelecimentos de comércio e serviços, mantendo-se a possibilidade das Câmaras Municipais em casos devidamente justificados, alargarem ou restringirem os limites horários fixados por razões de segurança, protecção da qualidade de vida dos cidadãos ou de defesa de certas actividades profissionais, ajustando assim de acordo com os interesses locais os horários definidos para todas as épocas do ano em que as épocas são determinadas. E portanto de facto achei que faltava aqui um pouco de texto que era exactamente uma recomendação à Câmara Municipal já que a preocupação é de facto esta uma recomendação à Câmara Municipal, mas vejo que não é feito, é simplesmente acabar com o secretismo que é este Decreto-Lei.

Por último, e pronunciar-me também aqui sobre esta Moção, sobre o Hospital Garcia de Orta. Obviamente que o Partido Socialista se mostra, e sendo defensor do Serviço Nacional de Saúde, demonstra alguma preocupação em que as condições de todos os utentes de Almada não sejam as cem por cento ideais. Agora, tudo o que aqui está escrito é feito de uma forma irresponsável e é feito de uma forma não muito séria porque para quem conhece e reconhecendo eu na bancada da CDU pessoas que estão até por dentro destas questões em Comissões de Utes, Deputados na Assembleia da República e tudo isso, e sendo também o Partido do qual saiu este Executivo Camarário que obviamente sabe daquilo que tem sido feito e que a questão do Hospital do Seixal está a ser cumprido tal e qual foi programado e devia este Executivo da Câmara informar esta Assembleia que de facto não está posta em causa a construção do Hospital do Seixal e assim talvez não houvesse necessidade de aparecerem aqui Moções deste género. Porque o Hospital Garcia de Orta é de facto um hospital muito grande que serve um grande número de população de um território bastante alargado, mas não é por causa disso que deixa de ser um dos melhores hospitais a nível nacional, reconhecido por todos. Aquilo que também aqui é dito em relação aos tempos de espera, à falta de médicos, à falta de enfermeiros, tudo isso. Muitas destas questões como sabem e se quiserem ser sérios, como sabem não são verdadeiras, de todo, mas obviamente que não iremos votar contra esta Moção, se bem que gostaríamos que o Executivo Camarário nos pudesse dar algumas informações das informações que têm sobre o andamento do Hospital do Seixal, para que não fossem surgindo este tipo de Moções que são bastante incómodas para toda a Assembleia Municipal. Não é para nós que a vamos votar a favor, como é óbvio, mas são repetitivas, são demagogas, não dizem nada, não acrescentam nada, não há nada que venha a ser feito só por causa da aprovação desta Moção porque tudo está a decorrer com a maior normalidade. Mas em todo o caso continuem a apresentar, faço então o repto à Sr.<sup>a</sup> Presidente que se puder dar informações sobre aquilo sabe, a Sr.<sup>a</sup> Presidente que é quem tem que dar informações a esta Assembleia Municipal que é para isso que aqui estamos, é para isso que é





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

convocada, e portanto é consigo que eu estou a falar. Portanto, as informações que a Câmara Municipal tem sobre esta matéria era bom que pudesse esclarecer toda a Assembleia."

6.4.24 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas duas notas, sobre o Requerimento de baixa à Comissão, só é admissível se for aceite pelos proponentes, por isso só se o Bloco de Esquerda aceitar é que o Requerimento de baixa à Comissão será votado.

Relativamente ao Hospital Garcia de Orta, ao Hospital do Seixal, dizer que a Presidente da Câmara sabe menos do que eu. Dizer-vos que estive em representação do Município, a Presidente da Câmara não pôde estar por questões de saúde, numa reunião com a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, na semana passada, quinta-feira. Quais são os dados principais para aqui, o resto pode-se falar noutra sítio. Os dados principais é que a Sr.<sup>a</sup> Ministra mantém a questão da necessidade e da construção do Hospital do Seixal com algum atraso, mas tem a ver com processos burocráticos, de concurso, etc.. Neste momento já estão escolhidos os cinco candidatos projectistas para avançarem com o projecto de execução, o projecto da obra, apontando para um Hospital com valências capaz de ser um complemento no quadro do Centro Hospitalar do Hospital Garcia de Orta e integrado nessa lógica, mas também um Hospital que se designe por modelar, ou seja é um Hospital cuja sua construção tem logo as bases suficientes para o caso de haver necessidades supervenientes atender nomeadamente ao aumento da população, ser aumentado reforçando ou criando novas valências.

Dar-vos também nota, porque me parece importante de que sairá um Comunicado do Ministério da Saúde, precisamente com estas informações que eu acabei aqui de relatar. Esse comunicado do Ministério da Saúde é também para esclarecer o empenho da Ministra da Saúde na Construção do Hospital do Seixal."

6.4.25 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito rapidamente e acerca da abordagem que foi feita pelo PS sobre a questão das grandes superfícies. Nós realmente não precisamos de andar sempre carrancudos e de mau humor e portanto foi de forma bem humorada que eu registei a referência e a forma como respondeu à minha pergunta, se o diploma que citou era secreto. Ainda bem que esclareceu que está na Internet. O problema é que não está em vigor e é importante que seja para a acta, seja para quem nos está a ouvir, que fique muito claro que estamos a falar de um Decreto-Lei que foi aprovado no Governo e ali ficou, não passou ainda, que se saiba pela Presidência da República. Aliás o comunicado de Julho fala em aprovação na generalidade, portanto até indica a possibilidade de regressar à votação no Conselho de Ministros. estamos numa fase muito, mas muito anterior à entrada em vigor de um diploma desse tipo, portanto é totalmente desprovido de sentido estar a recomendar o que quer que seja a quem quer que seja no cumprimento de uma Lei que ainda não existe. E é desse ponto de vista que nós nesta fase, que é a fase da aprovação ou não de um Decreto-Lei, colocamos a questão a quem de direito e quem de direito



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

é o Governo e o Presidente da República que é quem trata da aprovação e promulgação de Decretos-Lei, é nesse plano que este Município pode e deve tomar posição dizendo que essa é uma má orientação. E nesse sentido ainda bem que trouxe aqui algumas passagens, é pena que não tenha trazido outras, nesse caso de acordo com o comunicado que foi tornado público, mas neste momento não podemos confundir as coisas e muito menos podemos induzir as pessoas em erro, porque nesta altura ao contrário do que se dizia há uns meses atrás em que o Governo advogava a necessidade de aprofundar estudos e conhecimento e reflectir sobre o assunto, em pleno período de férias com a Assembleia encerrada avançou com esta medida no Conselho de Ministros e isso é que é negativo. E nós não podemos dar os factos por consumados, neste momento há um processo que é preciso ser travado e politicamente denunciado."

6.4.26 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu queria só acrescentar duas pequenas questões sobre a ECALMA e a Moção da ECALMA, eu devo dizer que me despertam as maiores dúvidas, o funcionamento e uma série de questões em relação à ECALMA. Nomeadamente a recolha de dados que é feito sobre os Municípios que a mim me parece claramente ilegal, uma vez que são pedidos dados que não têm nenhuma relação com o assunto e também que nunca consegui que a ECALMA me fornecesse o número de autorização da Comissão Nacional de Protecção de Dados sobre os dados recolhidos e já os pedi várias vezes. Por outro lado, também devo dizer que a ECALMA tem um comportamento algo errático em relação às zonas de funcionamento. Eu conheço sítios que estão tecnicamente sobre a alçada da ECALMA e em que a ECALMA nunca actua. Aliás, foi-me dito que não actuavam deliberadamente, não sei porquê, provavelmente porque existem lá algumas empresas e se a ECALMA funcionasse não sei se continuaria. Por exemplo, Rua Vitor Zagallo Preto, que está enfim, uma zona sobre a influência da ECALMA que está cheia de sucata das empresas que ali funcionam, nomeadamente uma empresa chamada VEC. Isso já foi denunciado, até posso trazer fotografias e também não percebi, isto talvez numa época anterior porque é que a ECALMA cirurgicamente evitava alguns sítios e vou novamente citar: Travessa de Angola, também os prédios pela dianteira estão na alçada da ECALMA, por trás não estão e a parte traseira desses prédios estão cheios de lixo, cheios de sucata e a via pública ocupada de uma maneira absolutamente indevida, pior é em frente a uma Escola. Sr.<sup>a</sup> Presidente eu não falei em corrupção, a Sr.<sup>a</sup> Presidente é que falou. Para eu falar em corrupção é porque tinha provas, e estou só a trazer factos.

Voltando agora sobre as questões da Educação, a questão do Pavilhão da Escola Secundária Francisco Simões, o Sr. Deputado Sérgio Taipas falou em surrealismo, eu não gosto muito de aplicar correntes artísticas a situações políticas, mas devo dizer que fica registado. Portanto, não vejo grande razão para a Moção, porque está perfeitamente assumido, esta Escola faz parte do programa do Parque Escolar. Não serei eu a assumir o compromisso do Ministério da Educação evidentemente, mas



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

o compromisso está assumido. Portanto é o que eu posso dizer, esse compromisso está assumido até 2013, 2014, essa escola será intervencionada e será muito mais do que o Pavilhão.

Sobre a Abertura do Ano lectivo, eu também agradeço o facto do Sr. Deputado Sérgio Taipas não ter lido o documento e ter explicado. Para mim ficou bastante mais claro. Eu devo dizer que esta abertura do ano lectivo se formos analisar pela Comunicação Social de facto o caso que me marcou mais, foi o caso de uma mãe que não conseguiu colocar uma filha numa escola em Lisboa e afinal a menina ficou na outra escola que a porta é ao lado. Uma Sr.<sup>a</sup> que tentou a todas as cunhas, conseguiu mover a Comunicação Social e portanto isso foi o grande caso da abertura do Ano Lectivo, se isso é um ano lectivo a abrir de uma maneira muito complicada, enfim não estamos mal. Devo dizer também que sobre a abertura deste ano lectivo que e concretamente aqui no Concelho de Almada, que vamos dia 5 de Outubro inaugurar a requalificada Escola Secundária Emídio Navarro, escola que prestou cinquenta e cinco anos de bons serviços à população. Eu tenho uma grande ligação a essa escola, não fui aluno de lá, mas foi o meu filho, a minha mulher trabalhou lá e eu penso que é um grande acontecimento para o Concelho que é a Escola não de primeiro Ciclo mais antiga do Concelho, vai ser, vai abrir, nunca deixou de trabalhar, vai abrir de uma forma requalificada, também brevemente estará pronta a Rui Luís Gomes, temos praticamente todas as escolas secundárias do Concelho previstas para terem intervenções. Portanto penso que neste Concelho há algum trabalho sério de requalificação. É evidente que temos problemas e eu penso que provavelmente se eu fosse a bancada da CDU teria concentrado os meus esforços não propriamente na Francisco Simões mas noutros sítios que eu acho que há coisas que não estão bem, mas não serão seguramente estas."

6.4.27 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Foram aqui ditas algumas coisas em relação ao Bloco de Esquerda que são perfeitas inverdades que não podem passar em claro. Porque a Sr.<sup>a</sup> Deputada do Partido Socialista sabe perfeitamente que se o Bloco de Esquerda insistisse em levar as duas Moções que apresenta a votação não bastariam os votos do Partido Socialista para que elas fossem aprovadas e então o que nós ficávamos era com duas Moções (mas olhe tenha calma não se enerve, porque isso já ultrapassa o limite do razoável, compreende?). Para falarmos de cobardia temos que mudar de ponto da Ordem de Trabalhos, porque o que é uma verdade é que o Bloco de Esquerda está aqui a apresentar dois pontos que ainda agora foram bastante, a questão da ECALMA, o Deputado Nuno Pinheiro, foi claro em apresentar aqui questões sobre a ECALMA que necessitam de ser aprofundadas e o facto desta Moção descer a uma Comissão de Representantes não tem validade? Os Srs. não vão estar presentes nesta Comissão? Acham inútil? Então se vocês não vão estar presentes nesta Comissão isso é que vai ser cobardia da vossa parte. E o que vocês estão aqui a fazer é politica rasteira. Não chegam os vossos votos para aprovar, não chegam, mas assumo o quê, e fico com as duas Moções derrotadas em Assembleia, vão-me servir para quê? Está visível que o que vocês queriam é chicana política, é pura e simplesmente o que vocês querem. Aliás vocês já definiram uma estratégia em relação ao Bloco de Esquerda. Vocês



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

estão enganados em relação ao Bloco de Esquerda, porque o Bloco de Esquerda não está aqui para fazer fretes à CDU e não está aqui a fazer fretes a vocês, porque o Bloco de Esquerda tem uma política bem definida, este Bloco de Esquerda que é uno, este Bloco de Esquerda é uno e tem uma política para Almada e essa política é feita com o coração. Compreendem isso? Nós não andamos aqui a fazer trampolim da Assembleia Municipal para outros voos, nós somos autarcas desta terra porque nós estimamos as pessoas desta terra e vocês é que se estão a servir de provocações básicas para tentar fazer do Bloco de Esquerda aquilo que não é.

Nós ainda temos três anos pela frente.

Deixem-me vos dizer uma coisa, o povo português costuma dizer assim, "com três letrinhas apenas se escreve a palavra mãe, é das palavras pequenas a maior que o mundo tem", e no caso do Arsenal do Alfeite que foi aqui falado, a palavra pai escreve-se com duas palavras Partido Socialista, foram vocês que destruíram aquele estaleiro, foram vocês que fizeram com que eu tivesse de me aposentar daquele estaleiro e isso é uma mágoa que fica por aqui, e não vai ser esquecida tão cedo, porque vocês destroem, não é pessoal, mas não tem mal nenhum que também tenha uma pontinha de pessoal."

6.4.28 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu pedi a palavra para intervir sobre a Moção apresentada pelo CDS e pelo PS, antes de o fazer queria só clarificar uma coisa.

A CDU não faz traulhices, se quiséssemos impedir a Moção da ECALMA e proibir a continuidade da sua discussão, limitávamo-nos a chumbá-la aqui hoje. Se propomos que ela baixe à Comissão, ou Grupo de Representantes é porque reconhecemos a necessidade e o valor de aprofundar um conjunto de questões, mas não concordamos com o modo como a Moção aqui aparece, isto é muito claro, não há nada no bastidor, não há traulhice e não temos rigorosamente nada a ver com esta conversa que aqui acabou de se passar.

Relativamente àquilo que me levou a pedir a palavra, é para dizer relativamente às Moções do CDS, o projecto de deliberação sobre o Boletim está redigido num tom que tem o único objectivo de não ser aprovado. Ao insultar, ao provocar, ao dizer mentiras é óbvio que o CDS pretende que esta Moção sobre o Boletim Municipal seja chumbada, talvez, não tenho o direito de fazer juízos de intenção, para prosseguir a rábula da falta de democraticidade da CDU.

Quanto a isto interessa clarificar o seguinte, neste fim-de-semana, no âmbito da CDU foi feito um estudo exaustivo de boletins municipais, os cento e sessenta e quatro Boletins Municipais, ou seja, todos os que estão disponíveis nos sites, nem um tem espaço dedicado às outras forças políticas, nem um. Quatro desses boletins municipais têm um espaço aberto aos leitores onde não foi detectada uma única opinião contra aquilo que é a orientação da própria autarquia. O Sr. Deputado que apresentou a Moção deverá clarificar aqui para que com a mesma transparência, nós saibamos onde é que isso existe, onde é que são as muitas situações onde isto existe.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Nós ao chumbarmos esta Moção pelas razões apresentadas fazemo-la por outra que é a de fundo, os Executivos Municipais são órgãos que executam a política dos seus programas e daquilo que é aprovado no Órgão Deliberativo que é a Assembleia Municipal. Neste Concelho nós entendemos que o Boletim Executivo é informativo e presta contas. E já começou de forma incipiente o debate no âmbito dos representantes relativamente ao que fazer e como. Relativamente a esta matéria da opinião das várias forças políticas e da expressão das várias forças políticas no âmbito do Órgão Deliberativo e não do Órgão Executivo. E em relação ao cruzeiro vamos votar contra a Moção porque ela propõe aquilo que se desconhece que já está mais do que feito. E diga-se que no PDM de Almada, no Regulamento, no anexo e no artigo 14º, na listagem do Património Edificado, classificado ou em vias de classificação encontra-se a Quinta de Vale Rosal e o Cruzeiro que nele está incluído, provando que há muito tempo a Câmara entende defender e preservar este património.

Relativamente à questão da estrada, temos também e foi distribuído o parecer do IGESPAR onde é claro que sem entrar nestas loucuras de considerar aquilo de Património Mundial é preciso não ter a noção do que é a classificação do Património para dizer uma coisa destas no considerando, mas isso é irrelevante, pouco importa, considera, dá um conjunto de recomendações muito específicas acerca do modo como isto deve ser definido, embora diga logo à partida que não está classificado nem em perspectiva de classificação pelo próprio IGESPAR. A proposta portanto é irrelevante, não faz sentido porque o que ela propõe está cumprido.

Em relação às Terras da Costa, questão que não veio hoje mas que já veio antes, o que nós temos a dizer desde já é que não é nem um estardalhaço, nem a meia verdade, nem a deturpação dos factos, nem o insulto que resolvem o problema das Terras da Costa. Esta é a primeira. Este modo de santa cruzada em que se puxa tudo para um lado para defender as Terras da Costa, tudo, dizendo o que é inventando o que não é, quando nós sabemos que há muito tempo, mas há muito, muito tempo e desde sempre e não há um facto que contrarie isto e não tem que ver com esta situação que agora provoca a Moção, a Câmara de Almada sempre defendeu os Terras da Costa, sempre. E neste momento, evidentemente defende as Terras da Costa se e quando nós estamos a falar de facto dos agricultores, da importância daquelas terras, da agricultura urbana e da salvaguarda da sua actividade e não de outras coisas. A Câmara sempre tem defendido as Terras da Costa. Portanto, a proposta que é apresentada, não só não defende as Terras da Costa, como ataca e é muito visível num considerando e na proposta específica aquilo que é a construção de habitação social que coexistentemente tem que ser defendida, têm que ser defendidas as duas porque é possível e necessário fazê-lo.

A documentação distribuída hoje mesmo pela Câmara Municipal de Almada que foi remetida à Assembleia, demonstra tudo isto, e demonstra tudo isto, que a Câmara sempre aqui falou verdade através de documentos iniludíveis, veja-se o ofício do Ministério da Agricultura, veja-se a deliberação por unanimidade da Câmara, veja-se os pareceres técnicos onde é claro a posição da Câmara, alertando, dando pareceres, discordando, recomendando, em suma, agindo naquilo que é a sua possível competência.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Relativamente às Moções do Partido Socialista Sr. Deputado Nuno Avelar Pinheiro, consigo é possível falar cordialmente e se não fosse às vezes a críspação política que nos obriga enfim, a exagerar às vezes no discursos, seria possível tratar das coisas mesmo discordando em tudo de modo sensato.

A sua intervenção aqui foi uma intervenção correcta, mas o que nós estamos aqui a apreciar não é a sua intervenção, o que nós vamos votar é o que está escrito neste papel, e o Sr. não disse o que está escrito neste papel. Na sua intervenção o Sr. reconhece a intervenção da Câmara no Concelho de Almada e diz que tem que continuar. Este papel tem cinco considerandos a dizer que nada, absolutamente nada foi feito. É o que cá está, e com mentiras e com meias verdades. Diz que estamos na cauda da Área Metropolitana de Lisboa, é mentira; não diz que os Jardins de Infância que estão a ser construídos neste Concelho estão a ser construídos a um ritmo mais elevado do que aquilo que está consignado na Carta Educativa homologada pelo Governo. O esforço de construção de equipamentos escolares para não irmos já a todo o histórico da situação, porque nos daria muito mais razão do que esta que eu estou aqui a invocar, quer a nível do 1º Ciclo. Nove escolas Sr. Deputado, nove escolas recentemente, isto não é como cogumelos, não é tirar do chapéu, nem se vem agora aqui dizer que a Câmara tem que fazer não sei quantas salas de aula para o ano. O Calígula como sabe exigia a Lua e matava quem não lha dava, mas nós estamos noutra regime. E portanto as coisas não são assim que funcionam. E depois o que é absolutamente espantoso é que o Partido Socialista confronte o nada que a Câmara fez que foram as nove escolas, mas os infantários, mais as salas que vão aparecer agora daqui a dois meses, quer a nível de infantários, quer a nível do 1º Ciclo, com este facto espectacular. Portanto a tudo isto, porque o que está para vir virá, e cá estamos para continuar a apreciar. O que está aqui é no dia 5 de Outubro é inaugurada a Emídio Navarro, nos Cem Anos da República. Isto não é uma Inauguração Sr. Deputado, isto é uma efeméride. A República comemora cem anos, a Emídio Navarro tem mais de cinquenta, ainda bem que fizeram a requalificação da Escola, nós apoiamos, saudamos e aplaudimos, não há a menor dúvida quanto a isso. Mas esta Moção é uma vergonha relativamente ao modo como está estruturada e evidentemente só pode ter um resultado. E já agora diga-se, o tempo é pouco, que o Ministério anda a dizer publicamente que apoia tudo isto a nível de cinquenta por cento, apoia a vinte e cinco por cento, diz aqui que estamos acima da média europeia e estamos acima da média europeia, não pela quantidade de equipamentos, mas pela desertificação do interior do País.

Finalmente, a Moção sobre a Costa. Esta Moção sobre a Costa da Caparica é uma Moção que consegue de uma forma exemplar trazer-nos aqui um exemplo perfeito da dialéctica da contradição. É que consegue ser simultaneamente hilariante e deprimente. A proposta que aqui nos é apresentada, veja-se bem o que aqui está: o considerando diz que é preciso Costa todo o ano, para não ter uma visão redutora desta Cidade, apenas e só em função da época balnear. E o que é que propõem? Um Festival de Verão que a Câmara tem que fazer para o ano, não sabemos se é Berlim, se de Tango, mas é um Festival de Verão que a Câmara tem que fazer como se a cultura funcionasse assim. Depois o festival de Teatro de Almada obrigatoriamente tem que fazer programação na Costa, isto é no Verão.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Desconhecendo como é que a cultura funciona, como é que um Festival Internacional ganhou o prestígio que ganhou e, pior do que tudo isso, trazendo aqui a posição de que um órgão político deve decidir política e administrativamente, obrigando um Festival como o de Almada a fazer espectáculos nos sítios que a Assembleia Municipal entende agora aqui numa noite que tem que ir fazer. Isto não tem comentário. E a única proposta que fazem relativamente ao resto do ano, não penso que tenha nada a ver com a estrutura, bem isto é a posição que o PS tem em relação à cultura e engrandecimento da Costa. Bom, a terceira proposta é que a Câmara, porque é a Câmara que tem que tratar dos vigilantes das praias, equacione que haja vigilantes durante todo o ano. Portanto, não se trata de prover a Costa de actividades durante todo o ano, e não só na época balnear. Trata-se de prolongar a época balnear durante todo o ano a exigir à Câmara de Almada que dê provimento à colocação dos vigilantes, dos banhistas na hora de ponta por exemplo entre Dezembro e Fevereiro. É isto que está aqui, isto é profundamente ridículo, é a imagem do que é o PS quando faz propostas construtivas, é a imagem do que seria o PS a governar este Concelho e não tem piada nenhuma por uma única razão, é que eles estão a governar o País e o resultado está à vista."

6.4.29 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Houve um ponto da intervenção do Sr. Deputado Sérgio Taipas que eu de facto não entendi, foi quando disse que nós éramos campeões da desertificação do interior. De facto não entendi esse ponto e não entendi o que é que isso tinha a ver com o Ministério da Educação o que é que isso tinha a ver com hoje, porque de facto isso é um fenómeno que não depende de políticas governativas, é algo que vem a acontecer desde há mais de cem anos, e que corresponde à tendência inevitável da demografia que se verifica em Portugal, em todo o lado. Portanto, não percebi esse ponto.

Quanto à Costa da Caparica, eu devo dizer que o que é grave e triste é que nem no Verão, nem sem ser no Verão aconteça nada na Costa da Caparica. Isso é que é grave."

6.3.30 - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas também para vos dar algumas notas. Portanto, nós vamos entregar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal uma informação dos Serviços Jurídicos complementarmente àquilo que já entregámos relativamente à Estrada Regional 377-2, para que os insultos e as calúnias não fiquem sem resposta e portanto de uma forma elevada ajudar quem quiser a perceber os processos e da nossa parte não estarmos a alimentar aquilo que alguns pretendem de facto que seja o debate sobre uma matéria extraordinariamente importante como é esta que tem a ver com estes dois documentos a que me referi. Portanto, estou a falar das Terras da Costa, vou entregar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal um documento dos Serviços Jurídicos que dizem de uma forma clara e objectiva aquilo que têm que dizer, ou seja, o que está escrito na Moção não é verdadeiro, para não dizer mais do que isso. Depois queria deixar nota relativamente à questão que já aqui foi feita referência, portanto ao papel da Câmara relativamente à defesa do património. Nós no Plano Director Municipal temos incluído o



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Monumento aos quarenta mártires, Cruzeiro, Quinta de Vale Rosal e também foi integrado no património metropolitano inventário georeferenciado do património da Área Metropolitana de Lisboa, isto mesmo. Portanto, temos trabalho feito, há também o esclarecimento do IGESPAR, mas continuamos atentos e a dialogar com a Estradas de Portugal para que enfim, tudo seja tratado da forma consentânea com a salvaguarda do património.

Também queria deixar nota relativamente às escolas do nosso Concelho, de que temos em construção na Charneca de Caparica a ampliação da Escola da Marisol, portanto a Escola Louro Artur, está a segunda fase em construção, quase pronta e também temos no Plano de Actividades e no PPI, portanto o Plano Plurianual de Investimentos, uma nova escola na Charneca de Caparica.

Queria deixar nota também de que nós, por termos um Concelho com esta fronteira com o Concelho do Seixal, como todos os Municípios de fronteira têm problemas, nós temos muitas crianças do Concelho do Seixal a frequentarem estas nossas escolas aqui e portanto quer aqui, quer do outro lado, mesmo lá na Charneca. E portanto esta gestão não é simples, obviamente que não vamos dizer para que as crianças não sejam matriculadas, mas é uma matéria que temos que continuar a acompanhar e a acompanhar com muita atenção de modo a melhor percebermos as causas de um planeamento que à partida está consentâneo com as necessidades e de um momento para o outro tem rupturas.

Queria referir que a ECALMA, esta Empresa Municipal de Circulação e Estacionamento de Almada é constituída por pessoas, têm os seus trabalhadores, tem os seus dirigentes. Foi constituída, foi criada por decisão da Assembleia Municipal e bem, como qualquer organização tem que ter sempre o seu aperfeiçoamento, a formação dos seus próprios profissionais, e é isso que está a acontecer. Também é importante dizer que a Câmara está a gerir o Flexibus e que a ECALMA já pôs a funcionar o primeiro parque de estacionamento na Cidade e tem neste momento dois parques cobertos à sua responsabilidade e vai ter mais quatro e com uma resposta que nos parece bastante importante. Tem que fazer o seu caminho e obviamente que o vai fazer com também o estímulo, eu penso que é importante estimular os trabalhadores. Aqueles trabalhadores que são jovens, que começaram na ECALMA com alguma formação mas que naturalmente também têm a sua própria aprendizagem, precisam de ser estimulados e incentivados e é isso que nós queremos fazer, ouvir os cidadãos, ouvir os problemas mas nunca por nunca pôr em causa aquela gente que está ali a fazer o seu percurso qualquer um de nós também começou a trabalhar. Eu comecei aos dezassete anos e hoje sei muito mais do que sabia quando comecei a trabalhar e portanto eu acho que não ganhamos nada em estar a pôr em causa quem trabalha, o que devemos penso eu, é contribuir para que o seu desempenho seja cada vez melhor e penso que é isso que interessa aos almadenses, interessa a todos. Não é com insinuações que estas questões se resolvem, estas e outras. Não é com insinuações de que a Presidente sabe isto e não diz, não é com insinuações de que não vê porque não interessa. Srs. Deputados Municipais nós como autarcas temos uma grande responsabilidade e a nossa responsabilidade é de dizer aquilo que temos provas para demonstrar que assim é, e nunca insinuar aquilo que não somos capazes de provar.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Queria também deixar nota em relação ao Metro que, pese embora haja a necessidade de avaliar etc., etc., mas tal como em relação ao Hospital Garcia de Orta e ao Hospital do Seixal, eu penso que são ajudas também que nós damos. A nossa Ministra da Saúde não tem todo o poder do mundo e se nós também que estamos ao nível local dissermos da necessidade, de que determinado tipo de problemas sejam resolvidos, eu penso que é uma boa ajuda à Ministra da Saúde, às vezes há até quem diga, a Dr.<sup>a</sup> Ana Jorge precisa de falar mais grosso. Tenho ouvido isto, ela não tem que falar grosso, porque ela sabe do ofício, ela sabe do que faz e naturalmente estou convencida que com os seus argumentos não deixará, vamos ver se consegue ter eco, mas não deixará de pugnar por aquilo que é o Serviço Nacional de Saúde e por aquilo que é uma saúde pública à medida das necessidades das pessoas. Mas o que é verdade é que existem insuficiências no Hospital Garcia de Orta. Ainda hoje tive uma reunião, não vale a pena tapar o sol com a peneira, não estou a culpar ninguém, a necessidade existe, a Sr.<sup>a</sup> Ministra reconhece, o Director Regional de Saúde reconhece, Director do Hospital reconhece. Ou seja, há obviamente, toda a gente sabe que as especialidades são um problema e que outros problemas existem, portanto quanto mais nós autarcas também dissermos de nossa justiça relativamente aos problemas locais, também melhor ajudamos e conseguimos. O Hospital Garcia de Orta não existia se não tivesse sido travada uma luta no nosso Concelho da qual eu fui a portadora da bandeira e tenho muito orgulho nisso, com as instituições locais, com os médicos, com os enfermeiros, com as autarquias locais, com a população, não teria sido a primeira prioridade para a saúde na Área Metropolitana de Lisboa. E foi, foi bom. O Hospital do Seixal pela luta das populações, dos autarcas, etc., já passaram vários Ministros e agora a Ministra Ana Jorge diz, vai ser uma realidade. Bem, nós queremos que a nossa Ministra leve este projecto até ao fim e que o consiga dentro do prazo mínimo possível e dentro daquilo que ela considera que é expectável. Mas estamos a ajudar, porque estamos a dizer que é uma necessidade e que estamos com ela na exigência deste Hospital.

Queria também dar nota de que me congratulo com o facto destas duas matérias que é a ECALMA e a história das opções participadas, chame-se o que quiser, é aquilo que nós fazemos desde o 25 de Abril, podemos sempre aperfeiçoar, podemos sempre fazer melhor, mas que baixa portanto como foi aqui proposto e que tenha havido esta abertura. Eu acho que isto é construtivo, não se resolve nada assim, pode-se resolver muito conversando, consensualizando e depois actuando.

Queria também dizer em relação ao transporte inclusivo de Pêra, de facto a Câmara não é uma entidade responsável pelos transportes colectivos, nem pretendemos, jamais, quer com o Flexibus, quer com o transporte inclusivo de Pêra substituímo-nos às operadores, não queremos, não é esse o nosso papel. O que está aqui é uma intervenção do nosso Município preocupado com os cidadãos idosos, preocupado com as pessoas com necessidades de locomoção, preocupados com os deficientes e encontrar aquela resposta que é a resposta possível, em parceria e em parceria com uma instituição de solidariedade social como fizemos em relação ao transporte das pessoas portadoras de deficiência para a escola pública. Isto é muito sério, e as parcerias e o trabalho local em parceria é muito sério. Portanto, isto é sério, um louvor à PPACDM por ser uma instituição aberta, disponível e com a sua Câmara



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Municipal quer responder aos problemas locais, aos problemas da população. Portanto, o transporte inclusivo em Pêra não é para acabar em Outubro, não somos isso, não fazemos as coisas assim. Eu acho que um bocadinho de respeito também é importante entre nós.

Em Outubro em termos experimentais foi isso que foi dito, é isso que está escrito, um tempo experimental, perceber percurso, as pessoas andam muito felizes, os idosos e as pessoas lá de Pêra andam muito felizes, vêm até ao cemitério, vêm até à estação do Metro, vão até à paragem dos Transportes Sul do Tejo, vão à mercearia do Sr. não sei quantos, vão até aos Transportes dos TST junto à Via Rápida da Costa, isto é sério e é bonito. Eu acho que nos fica bem enquanto autarcas referir estas coisas, não é louvor, não preciso de penas.

Também gostava aqui de dar nota em relação aos horários do comércio. Eu penso que esta moção a ser aprovada naturalmente que é uma posição da Assembleia Municipal e se vier a tal Lei que não existe, se vier a tal Lei, porque a Confederação está a pedir reuniões à ANMP e tudo mais por aí fora, não existe Lei, e se ela vier Srs. Deputados Municipais já disseram como é que a gente vai fazer, já disseram, não é preciso mais, está dito.

Também queria louvar aqui esta atitude de disponibilidade e de construção séria relativamente ao terminal Rodoviário, em relação à Conceição Sameiro Antunes, penso que é assim porque de facto nós Município estamos condicionados a outras entidades e, portanto nós quisemos o intermodal no Pragal, o Metro, o comboio na Ponte, os autocarros ali, o Expresso, etc.. Nós apontamos para aí, mas não conseguimos isso, portanto essa para nós era a localização fundamental, nós continuamos, não desistimos, mas entretanto não vamos dizer que não há no nosso Concelho este serviço que é importante para a população. Portanto, eu queria saudar o entendimento que aqui foi conseguido. Também queria deixar nota que a Costa da Caparica tem que continuar a merecer a nossa atenção e a nossa atenção relativamente ao Polis da Costa da Caparica. Porque o Polis tem que ir até ao fim, o Polis não pode ser umas coisinhas, tem que ir até ao fim, e portanto a sociedade tem que ser prorrogada e os recursos têm que se encontrar. A Costa da Caparica é um potencial extraordinário para os caparicanos, para os almadenses, para a Região e para o País. Eu penso que é esta a questão central, tudo o resto faz-se. Nós fazemos lá as caldeiradas e os festivais e tanta coisa por aí, hão-de ser feitas com as condições que nós formos capazes de dizer que era preciso criar ao nível físico.

Há coisas com as quais nós estamos de acordo, mas não façamos disto a bandeirinha de cada um. Agora a bandeira de todos do meu ponto de vista é o Polis da Costa da Caparica e essa com o desígnio municipal, eu acho que é fundamental. E há quem queira pôr por terra o Polis da Caparica, com argumentos falacioso, com argumentos que parecem ter muita bondade e muito interessantes quando são ouvidos, mas quando a gente aprofunda, reflecte, percebe onde é que se quer chegar. Portanto, meus queridos amigos, a Costa é uma pérola e nós precisamos dela como a Região e o País também precisa."

6.3.31 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Confesso que eu hesitei entre responder aos disparates e a apreciar só um fenómeno que está em vias de extinção e que também há-de acabar no nosso Concelho. Mas de facto deixe-me só dizer que Terras da Costa e Estrada Regional 377-2 incomodam. Já percebemos. Mas também como ainda vivemos uma espécie de democracia, o CDS trará o assunto as vezes que quiser a esta Assembleia. O CDS não está à espera de nenhuma reforma dourada da especulação imobiliária e portanto não tem problema em trazer estas coisas aqui. O resto? O resto é fantasia. Ouvimos aqui uma colecção de fantasias a que os tribunais continuarão a dar resposta. Mas enfim, perdoa-se porque estes são discursos de um Partido que já faz parte de uma espécie de relíquias da história da humanidade e que tem na Coreia do Norte a sua referência de regime e temos tudo dito.

A propósito das moções que estavam em apreciação para não continuar a discutir fantasias, o CDS votará contra a Moção do Bloco de Esquerda "defesa dos Direitos Humanos", mas de facto folclore político, chaga a meter-se na soberania de um País democrático, votará a favor da Moção do Metro, da Moção da CDU sobre o Hospital Garcia de Orta, da integração do Passe Intermodal, é uma pena que a CDU não ponha a mesma aos transportes da responsabilidade da CMA, também aí se possa usar o Passe Intermodal. Votará a favor da moção sobre o Arsenal do Alfeite. E a propósito responder agora ao Sr. Deputado Municipal Bruno Dias que de facto aquilo que o PCP apresentou na Assembleia da República foi uma apreciação parlamentar ao Decreto do Governo, onde fazia uma série de propostas perfeitamente irrazoáveis e nessa altura os Deputados do CDS votaram contra, permitam-me a expressão, para não transformar o Alfeite numa espécie de porto Soviético. A verdade é que as condições que o CDS colocou não foram cumpridas pelo Governo.

Em relação à moção sobre o horário do comércio ao Domingo também votaremos a favor, uma pena que o Partido Comunista não tivesse tido a preocupação das grandes superfícies abertas quando promoveu o Almada Fórum que arrasou com o comércio local.

Votaremos a favor da proposta do PSD.

Em relação às propostas que dizem respeito ao parque escolar na verdade Portugal é dos países com a percentagem de PIB mais gasta na Educação sem resultados. Porque de facto os problemas não se resolvem mandando dinheiro para cima, resolvem-se com exigência, resolvem-se com o conhecimento do mérito, resolvem-se com liberdade de escolha, escolas e famílias.

Abster-nos-emos na saudação aos SMAS, não porque não reconheçamos que os SMAS em muitos aspectos tem uma actuação positiva, reconhecemos também a água como um bem público e que deve continuar do domínio público, mas de facto e já tive ocasião de dizer isso ao Sr. Presidente dos SMAS, achamos que há dois pontos em que os SMAS necessitam claramente de melhorar, primeiro no desperdício de água potável para regas e para lavagem de ruas, o segundo para tarifas que são penalizadoras de famílias porque não diferenciam o número de elementos do agregado familiar.

Por fim, abster-nos-emos na moção de construção do pavilhão e estão dados os sentidos de voto do CDS."



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 7 - Não havendo mais pedidos de palavra e considerando o adiantado da hora, a Assembleia Municipal por unanimidade decidiu interromper os trabalhos e continuar o Período de Antes da Ordem do Dia na reunião de amanhã dia 29 de Setembro de 2010.
- 8 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr. Miguel Ribeiro (Boletim Municipal); Humberto Lameira (Jornal da Região); Sr. Fernando Fitas (Notícias de Almada) e de noventa e cinco Srs. Munícipes.
- 9 - Verificou-se também a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores: José Manuel Raposo Gonçalves; António José de Sousa Matos; Maria Amélia de Jesus Pardal; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Maria D'Assis Beiramar Lopes Almeida; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; José Carlos Rebelo Simões; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; Nuno Filipe Miragaia Matias; Helena Maria Gomes Oliveira.
- 10 - Foi aprovada a Minuta da Acta.
- 11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H55 do dia 29 de Setembro de 2010.
- 12 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O 2º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_